

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINÍCIUS DIAS FANTINEL

ARGENTINA NO SÉCULO XX: DE PERÓN A FRONDIZI  
1946-1962

Porto Alegre

2009

VINÍCIUS DIAS FANTINEL

ARGENTINA NO SÉCULO XX: DE PERÓN A FRONDIZI  
1946-1962

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Maria Heloisa Lenz.

Porto Alegre

2009

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família por todo apoio oferecido, principalmente meus pais e minha irmã Letícia.

Alguns colegas também foram importantes durante os anos em que cursei Economia. Cito Guilherme Augusto, William, Daniela, Enéias, Hélder, Valeska e Bruna.

Faço um agradecimento especial para a Prof<sup>a</sup> Heloisa, que teve importante colaboração na elaboração deste trabalho. Sempre foi muito atenciosa e prestativa. Também agradeço os aceites dos convites dos professores Pedro Bandeira e Flávio Migowski para participação na Banca.

## RESUMO

O presente trabalho analisa as principais políticas econômicas e sociais implementadas por Perón e Frondizi, quando foram presidentes da Argentina. O período analisado se inicia em 1946, quando Perón assume o poder, e vai até 1962, quando Frondizi deixa o cargo de presidente. No período do governo peronista, serão analisadas as políticas de melhorias sociais e as industrializantes. No governo de Frondizi, também será estudada a política industrializante, sendo evidenciado o desenvolvimentismo econômico proposto pelo presidente. A evolução da economia durante os dois governos também será discutida.

**Palavras-chave:** Argentina, Perón, Frondizi, política econômica.

## ABSTRACT

The present work analyzes the main economical and social politics implemented by Peron and Frondizi, when they were presidents of Argentina. The analyzed period begins in 1946, when Peron assumes the power, and it finishes in 1962, when Frondizi leaves president's position. In the Peronist government, the politics of social improvements and the favorable to industrialization will be analyzed. In the government of Frondizi, the favorable politics to industrialization will also be studied, being evidenced the economical developmentalism proposed by the president. The evolution of the economy during the two governments will also be discussed.

**Keywords:** Argentina, Peron, Frondizi, economical politics.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de imigrantes na Argentina (1860-1920) .....	12
Tabela 2 - Rede ferroviária (1870-1915).....	15
Tabela 3 - Indicadores de crescimento da Argentina antes de 1930 .....	18
Tabela 4 - Exportações de carne e de cereais (em toneladas) .....	19
Tabela 5 - Estrutura do setor manufatureiro na Argentina segundo o Censo de 1914 (em %) .....	21
Tabela 6 - Imigração argentina nas décadas de 1920 e 1930 .....	25
Tabela 7 - Evolução do coeficiente de importação e do coeficiente de industrialização.....	26
Tabela 8 - Produção e importação de manufaturas (1900-1945) (%).....	28
Tabela 9 - Estrutura da produção industrial segundo valor agregado (em %)	29
Tabela 10 - Desenvolvimento industrial argentino (1935-1941).....	30
Tabela 11 - Estabelecimentos industriais classificados de acordo com o número de trabalhadores.....	31
Tabela 12 - Índice de salários industriais e custo de vida – base 1945 = 100 .....	37
Tabela 13 - Gasto público argentino (1945-1955) (em milhões de pesos).....	38
Tabela 14 - Produção industrial (1945-1955).....	41
Tabela 15 - Estrutura da atividade manufatureira (1945-1954) (em %).....	42
Tabela 16 - Comparação entre os censos industriais de 1947 e 1954 .....	43
Tabela 17 - Oferta e demanda globais – em milhões de pesos de 1950.....	45
Tabela 18 - Estrutura das importações (1945-1955) (em %) .....	47
Tabela 19 - Comércio exterior argentino e termos de intercâmbio .....	48
Tabela 20 - Reservas internacionais argentinas (em milhões de dólares) .....	49
Tabela 21 - Indústrias manufatureiras (volume físico da produção).....	63
1960=100.....	63
Tabela 22 - Produção de veículos automotores (em unidades) .....	64
Tabela 23 - Taxa de crescimento da indústria (% de variação).....	65
Tabela 24 - Setor público (em milhões de pesos argentinos).....	66
Tabela 25 - Taxa de inflação (em % de variação) .....	67
Tabela 26 - Composição das importações (% das importações totais).....	69
Tabela 27 - Balança comercial (em milhões de dólares) e relação exportações/PIB.....	70
Tabela 28 - Taxa de crescimento do PIB.....	71
(em % de variação).....	71
Tabela 29 - Saldos imigratórios de países limítrofes na Argentina.....	73
Tabela 30 - Evolução dos salários reais (média geral) – 1960=100.....	74

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	7
2	O crescimento da economia argentina: do final do século XIX até 1945 .....	9
2.1	A economia primário exportadora (1860-1930).....	9
2.2	A economia argentina após a crise de 1929 (1930-1945) .....	23
3	O Governo Perón (1946-1955).....	33
3.1	As políticas sociais e econômicas .....	34
3.2	A industrialização.....	40
3.3	Evolução da economia .....	44
3.4	Queda de Perón .....	51
4	O governo Frondizi (1958-1962) .....	55
4.1	Política econômica e desenvolvimentismo .....	56
4.2	Indústria.....	61
4.3	Evolução da economia .....	66
5	Considerações finais.....	75

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é analisar as políticas econômicas implementadas pelos governos Perón e Frondizi, no período em que ocuparam o cargo de presidente da Argentina. Perón governou entre 1946 e 1955 e Frondizi entre 1958 e 1962. Após a queda de Perón por um golpe militar foi instalado um governo provisório, que buscava organizar o país para a posse de um novo presidente eleito pelo povo. Após esse período conturbado politicamente, foi que Frondizi assumiu o governo nacional. Perón chegou a reassumir a presidência do país no início da década de 1970, mas esse período não será objeto de análise.

Inicialmente serão estudados os períodos da economia primário exportadora e do pós crise mundial de 1929, para depois serem analisadas as políticas econômicas e sociais do governo Perón, principalmente suas políticas de industrialização e de busca do pleno emprego. Por último serão analisadas as políticas econômicas do governo Frondizi. É imprescindível a análise da economia argentina anterior a Perón, visto que foram realizadas profundas transformações das estruturas econômicas e sociais vigentes até então.

O período de adoção do modelo primário exportador se inicia por volta de 1860/70 e termina, para a maior parte dos autores, no ano de 1930. Este término foi determinado principalmente pela Grande Depressão de 1929, que assolou os países capitalistas desenvolvidos. O auge desse período de intenso crescimento econômico argentino se inicia nos anos 1880 e vai até instantes antes do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, momento em que houve uma queda no crescimento determinado por questões internacionais, já que nesse modelo havia profunda dependência argentina do mercado externo. Nesse período, o crescimento econômico argentino foi impulsionado pelo crescimento de suas exportações, que tinham como principal destino a Inglaterra.

A partir de 1930, a Argentina teve de buscar um novo rumo para a sua economia. A Grande Depressão de 1929 havia gerado uma crise econômica global que fez com que fosse diminuído o comércio mundial. Essa situação foi agravada mais ainda com a Segunda Guerra Mundial, que conteve mais ainda as transações comerciais. A indústria se desenvolve nesse momento, principalmente voltada ao mercado interno.

Após a análise desses períodos, que se encerra no ano de 1945, serão estudados os dez anos que Juan Perón esteve comandando a Casa Rosada, de 1946 a 1955. No momento que Perón assumiu a presidência em 1946, foi iniciado na Argentina um fenômeno político característico da América Latina do pós-guerra: um governo forte, cuja liderança detinha o



apoio popular, adepto do discurso e prática nacionalistas. A política econômica do presidente era fortemente caracterizada por uma grande participação do Estado na condução e na regulamentação da economia, monopolizando o comércio exterior e nacionalizando vários setores da economia.

Estava presente na Argentina sob o comando de Perón um fenômeno chamado por alguns de “populismo”, que localmente passou a chamar-se *Peronismo*. Perón incentivou a ampliação dos direitos trabalhistas e a organização dos movimentos sindicais argentinos. A sua perspectiva política coadunava tanto elementos de caráter populista como mecanismos de centralização do poder.

Já Frondizi possuía um discurso moderno, com referências claras aos problemas estruturais do país e uma proposta nova, na qual ressaltava a importância do desenvolvimento das forças produtivas e o papel que os empresários deveriam cumprir. No período do seu governo, foram efetuados diversos investimentos na indústria, objetivando retirar a Argentina da situação de estagnação econômica em que se encontrava no fim da década de 1950. Naquele momento, o presidente buscava as novas bases para a consolidação da modernização argentina.

Sua política econômica foi a de promover a desnacionalização da economia com o incentivo aos investimentos de capitais estrangeiros, favorecendo a iniciativa privada em setores de responsabilidade estatais. O essencial de sua política econômica foram as leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, sancionadas antes do fim de 1958. Seu programa econômico propunha o fomento de investimentos externos na economia argentina, com entrada de capital e tecnologia, de modo a possibilitar a substituição das importações, a diversificação das exportações e a consolidação de uma política fiscal voltada para o desenvolvimento.

O texto está estruturado em cinco partes. Além da introdução e das considerações finais, é composto por três capítulos. O primeiro trata das questões referentes à economia primário exportadora e do período pós Grande Depressão. O segundo se refere às políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo Perón, a industrialização e a evolução econômica no período. O terceiro trata sobre a política econômica e o desenvolvimentismo do governo Frondizi.

## **2 O CRESCIMENTO DA ECONOMIA ARGENTINA: DO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ 1945**

Nesse capítulo, serão analisadas as questões econômicas, políticas e sociais da Argentina a partir de 1860, considerado o momento inicial de adoção do modelo primário exportador pelo país. O declínio desse modelo, para a maioria dos autores, se dá por volta de 1930, já começando a dar mostras de estagnação e ineficiência desde o início da Primeira Guerra Mundial. Após esse período de intenso crescimento econômico argentino, será examinado o período pós-crise mundial de 1929 até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

### **2.1 A ECONOMIA PRIMÁRIO EXPORTADORA (1860-1930)**

Nação colonizada pela Espanha desde 1536, a Argentina somente conseguiu sua independência no início do século XIX, assim como a maior parte dos países latino-americanos. A independência da Espanha ocorreu em 1816, após o processo já ter sido iniciado seis anos antes, com a chamada *Revolução de Maio*.

O processo de independência argentino gerou uma situação de muita instabilidade política no país, com a existência de diversas guerras civis. A conjuntura do país só melhorou na década de 1850, durante o governo do presidente Justo Urquiza, que aprovou em 1853 uma Constituição de caráter republicano e federal.

Somente na década de 1860 é que a Argentina efetivamente conseguiu se organizar como país, quase cinquenta anos após sua independência. A partir desse momento foram criadas condições para um crescimento econômico que perdurou por várias décadas.

Por volta do ano de 1860, foi inaugurada uma nova fase do desenvolvimento econômico argentino, caracterizada fortemente pela expansão e integração crescentes da economia mundial e a grande extensão de terras férteis existentes no território argentino, principalmente na zona dos pampas.

Segundo Ferrer (2006), foram a revolução tecnológica iniciada na Europa no fim do século XVIII e a industrialização dos seus principais países que abriram diversas possibilidades de desenvolvimento de territórios que fossem adequados à produção agropecuária de clima temperado.

A economia argentina desse período recebe a denominação de primária, porque nesse período a produção agropecuária foi o setor mais importante de atividade nacional e de exportadora, porque o elemento que alavanca o crescimento nesse intervalo de tempo foi a comercialização de produtos agropecuários.

Para Ferrer (2006), o fator que impedia o deslanchamento da economia mundial no período anterior à segunda metade do século XIX era o lento avanço do progresso técnico. Foi a Revolução Industrial, processo iniciado a partir do final do século XVIII, que rompeu com a estrutura do período e proporcionou as bases para o desenvolvimento econômico. Esta introduziu novas mudanças no sistema econômico capitalista, alterando profundamente sua estrutura, levando da sua “infância” à sua “adolescência”, de acordo com Rezende (2005).

Conforme Ferrer (2006), pode-se dizer que o progresso tecnológico provoca a integração da atividade econômica, demonstrada pela dependência crescente entre os produtores no processo produtivo. Com sua existência, há a expansão da divisão do trabalho e a complementação cada vez mais intensa dos diferentes setores de atividade. A formação de um mercado considerado mundial desde a segunda metade do século XVIII pode ser creditada a esse processo de avanço da tecnologia. Houve evoluções imprescindíveis nos sistemas de transporte e comunicações.

O alto grau de desenvolvimento econômico alcançado pela economia européia, principalmente o logrado pela Inglaterra, de acordo com Cortés Conde (1963), culminou na ampliação dos mercados além dos seus níveis nacionais.

Ferrer (2006) afirma que a integração da economia mundial se realizou mediante três caminhos principais: o movimento internacional de capitais, verificado pelo acréscimo de fluxos internacionais; as correntes migratórias para países da América, objetivando incorporar os países de grandes recursos naturais e baixa densidade de população ao processo de formação da economia mundial; e a expansão do comércio mundial, visualizada no aumento crescimento das exportações a partir de 1870. Esses fatores que permitiram uma maior integração mundial entre os países do desenvolvidos e subdesenvolvidos, processo que criava uma crescente interdependência entre as diversas nações e no âmbito da economia global.

Desde meados do século XIX, houve a diversificação das estruturas econômicas dos países europeus, em maior grau no caso inglês. Foram efetuados desenvolvimentos das ferrovias e melhorias tecnológicas nos barcos de navegação marítima e nas técnicas de conservação de produtos perecíveis. Essas mudanças propiciaram que os países desenvolvidos europeus realizassem incrementos significativos em suas pautas de importações de produtos

agrícolas. Eles passaram a incorporar cada vez mais produtos provenientes da produção rural de clima temperado. (Ferrer, 2006)

Rezende (2005) destaca que a etapa da economia primário exportadora na Argentina está intimamente ligada ao protagonismo da Grã-Bretanha no cenário mundial da época. O país desempenhou papel fundamental como exportador de capitais e fonte de correntes migratórias.

A inserção dos países subdesenvolvidos na economia mundial se deu por três motivos, consoante Ferrer (2006). Primeiramente, as nações desenvolvidas procuravam fontes de alimentos e matérias-primas mais baratas no exterior. Em segundo lugar, buscavam novos mercados para colocação de suas manufaturas e, por último, destinavam seus capitais aos países desenvolvidos objetivando lograrem maiores rendimentos.

Nessa fase da economia mundial, os países industrializados europeus, como França, Alemanha e Inglaterra, participavam do comércio mundial como exportadores líquidos de manufaturas e importadores líquidos de produtos primários. Já nos países produtores de alimentos e matérias-primas se invertia a situação: eram importadores de produtos industriais e exportadores de alimentos e matérias-primas. Os investimentos de capitais estrangeiros foram de extrema importância no sentido de capacitar esses países devedores a cumprirem suas funções no mercado global. Esse era o sistema de divisão internacional do trabalho característico do período. (Rezende, 2005)

De acordo com Lenz (2001), o crescimento argentino no período 1870-1930, denominado por vários autores como *Belle Époque*, foi logrado devido à incorporação de vastas regiões de terras férteis, pois sua utilização se tornava viável, visto que os custos de transportes haviam sido reduzidos, gerando um aumento das exportações argentinas.

Cortés Conde (1974) listou alguns fatores exógenos e outros endógenos sobre o crescimento argentino no período. Para ele, os exógenos foram os relacionados ao aumento das importações de cereais pelos países desenvolvidos europeus, que recorreram ao mercado latino-americano, pois houve reduções nos custos de transportes. Entre as causas endógenas, estavam a política de atração de imigrantes ao país, as política de investimentos e de exportações relacionadas ao setor agrícola e o estabelecimento de uma estrutura institucional.

A escassez de mão-de-obra na região dos pampas, em meados do século XIX, impedia um incremento substancial da produção e das exportações agropecuárias. Esse obstáculo ao crescimento do sistema só poderia ser dirimido com a atração de imigrantes ao país, já que não se conseguiria um rápido aumento da população somente aguardando o crescimento

vegetativo. Além disso, as populações nas outras áreas do país também eram diminutas. (Cortés Conde, 1963)

De acordo com Romero (2005), “do lado europeu, a emigração era estimulada por um forte crescimento demográfico, pela crise das economias agrárias tradicionais, pela busca de empregos e pelo barateamento dos transportes”. O autor revela que o governo argentino começou a estimular a entrada de imigrantes europeus no país, mediante propaganda e passagens subsidiadas. A partir de meados da década de 1890, com o fortalecimento do setor exportador agrícola argentino, grande parcela dos imigrantes destinou-se às atividades do campo.

Lenz (2001) destaca que o uso das terras férteis argentinas para produção agrícola somente foi alcançado graças à chegada de imigrantes europeus e à construção de estradas de ferro no território, que possibilitaram o transporte dos grãos e das carnes a baixos custos em direção aos portos.

Os dados da tabela 1 evidenciam o quão grande foi o crescimento do número de imigrantes para a Argentina. Passou de 159.570 no período 1861-70 para mais de um milhão nas décadas de 1901-10 e 1911-20.

**Tabela 1 - Quantidade de imigrantes na Argentina (1860-1920)**

Períodos	Número de imigrantes
1861-70	159.570
1871-80	260.885
1881-90	841.122
1891-1900	648.326
1901-10	1.764.101
1911-20	1.204.921

Fonte: Conde (1963, p.6)

Furtado (2007) menciona que a Argentina foi um país que cresceu muito devido ao processo de expansão de suas exportações, que tinham como destino a Europa. Para o autor, a sociedade e a economia argentina sofreram profundas modificações, principalmente devido às ondas de imigrações, que provinham da Europa desde a segunda metade do século XIX, e da penetração de grandes quantidades de capitais internacionais.

Segundo Cortés Conde (1963), a Argentina possuía condições especiais para se tornar receptora de capitais europeus, principalmente ingleses. O país possuía, por volta de 1860,

uma organização política relativamente estável e um sistema jurídico que garantia segurança aos investimentos realizados por estrangeiros. Ademais, havia facilidade para se realizar inversões, sem limites às remessas de lucros ao exterior e com alta rentabilidade do capital. Por último, também havia grandes quantidades de recursos naturais e era uma região propícia para o desenvolvimento de uma economia primário exportadora.

Segundo Romero (2005), para a Argentina adotar o modelo primário exportador, primeiramente eram necessárias algumas mudanças, como a busca da paz, da ordem e o controle efetivo sobre quase todo o território.

Ferrer (2006, p. 96) afirma que “a reincorporação da província de Buenos Aires à União Nacional, em 1861, e a eleição de Mitre como presidente do país unificado, em 1862, consumaram no plano institucional um dos requisitos básicos para o funcionamento da economia primário exportadora”. Não obstante, ainda faltava definir o lugar da província de Buenos Aires na nação. Isso foi resolvido no ano de 1880 com a federalização da cidade, quando tornou-se a capital federal. Esse processo de unificação do território argentino havia sido iniciado em 1852 e um ano após uma nova Constituição Nacional era adotada. A segurança nacional foi consolidada após a criação da polícia nacional e de polícias provinciais. Com o passar dos anos, o Estado foi adquirindo as funções antes reservadas à Igreja.

Conforme Romero (2005) destaca, a Guerra do Paraguai colaborou para definir as fronteiras flutuantes da Bacia do Prata e a “Conquista do Deserto”, em 1879, garantiu a posse da Patagônia, apesar dos conflitos com o Chile perdurarem até 1902. O autor revela que a *Conquista do Deserto* foi responsável pela incorporação de muitos territórios que poderiam ser explorados futuramente e foram imprescindíveis para o desenvolvimento econômico no período.

De acordo com Lenz (2001), nos anos de 1870 e 1880, o sul da província de Buenos Aires ainda estava povoado por indígenas. A sua expulsão e a posterior apropriação dessas terras para atividades produtivas foram logradas devido a um conjunto de operações militares chamadas de *Conquista do Deserto*. A apropriação dessas terras férteis foram fundamentais para o conseqüente crescimento argentino na *Belle Époque*. Assim, houve duas grandes campanhas, realizadas por Alsina e Roca, que garantiram a incorporação de 606.000 km de território à nação Argentina.

Em 1874, ocorreu a primeira grande Campanha da *Conquista do Deserto*, comandada pelo Ministro da Guerra Alsina e objetivava a recuperação da fronteira do rio Negro, visando incorporar enormes extensões de terra à produção. Alsina propôs um plano de ação que

consistia em avançar a linha de fronteira sul, ocupando lugares estratégicos e levantando fortificações. Os esforços de Alsina para dominar o deserto garantiram no final de sua campanha, a incorporação de 56.000 km quadrados de terras virgens e também a criação de novos territórios.

Após a morte de Alsina, Roca comandou uma nova campanha, em 1878. As expedições foram muito favoráveis em 1879 e o rio Negro foi alcançado. O resultado dessa campanha foi a ocupação de mais de 550.000 km de território nacional. Em 1884, o governo nacional promulgou a organização de seus limites aos territórios nacionais, surgindo da sua divisão os governos do Pampa, do Neuquén, do Rio Negro, de Chubut, de Santa Cruz e da Terra do Fogo. Em 1902, a nação ocupou definitivamente a Patagônia, encerrando-se assim a última etapa da conquista de novos territórios.

Para Lenz (2001), a *Conquista do Deserto* foi a forma encontrada para a apropriação das terras férteis necessárias à produção agropecuária, definindo os limites do território argentino. As operações militares que constituíram a Campanha foram vitais para a formação e a consolidação do Estado nacional argentino, já que foi criada uma unidade territorial e essa possibilitaria que a economia do país desfrutasse das vantagens comparativas de seus produtos em nível internacional.

De acordo com Romero (2005), desde 1880, um novo cenário internacional estava sendo configurado com características que durariam por um longo tempo. As vitórias militares ajudaram a consolidar um poder centralizado vigoroso, cujas bases estavam assentadas na Constituição Federal de 1853.

A partir das décadas finais do século XIX, o livre mercado e a abertura ao capital estrangeiro constituíram a visão do mundo que sustentou a estratégia do modelo primário exportador: comércio, imigrantes e capitais. As construções das ferrovias resolveram o problema dos transportes, reduzindo radicalmente os fretes e possibilitando que os territórios mais rechaçados dos portos de embarque e dos centros de consumo entrassem em produção.

O capital privado argentino não contribuiu para a expansão ferroviária e o setor público pouco colaborou, criando apenas condições para a disseminação do capital estrangeiro na atividade ferroviária. Segundo Ferrer (2006), as ferrovias pertenciam principalmente a capitais britânicos, os frigoríficos a capitais estadunidenses e britânicos, as companhias comercializadoras a empresas multinacionais e os bancos contavam com a presença de filiais de entidades internacionais.

Para Lenz (2001), as estradas de ferro revolucionaram o desenvolvimento econômico da Argentina. Sua consolidação aconteceu no final da década de 1880 e, em 1887, de acordo com dados de Ferns apud Lenz (2001), a Argentina possuía 3.848 milhas de trilhos.

A maior rede ferroviária estava localizada na zona dos pampas, onde se radicava a maior parte da população e se verificava o poder aquisitivo mais alto e a origem de quase toda a produção destinada à exportação (Cortés Conde, 1974).

Ferns apud Lenz (2001) destaca que aproximadamente 65% a 70% do total do capital britânico investido na Argentina durante 1886-89, foram empregados para financiar as estradas de ferro. A partir de então, a Argentina converteu-se com rapidez em um país com uma extensa rede ferroviária, sendo que em 1900, não menos de 21 companhias ferroviárias privadas e 3 do Estado serviam a um público de cerca 4 milhões de pessoas.

De acordo com Vazquez-Preseido apud Lenz (2001), o país possuía cerca de 14.000 km de ferrovias nos anos 1880, valor quase equivalente ao que os Estados Unidos tinham em 1850. As liquidações que se seguiram à crise bancária e externa dos anos 90 fizeram com que a maioria das linhas existentes passasse para as mãos de companhias britânicas, que trocaram as garantias de juros por pagamento em bônus governamentais.

A tabela 2 mostra que realmente foram construídas muitas estradas de ferro no período primário exportador. Sempre houve crescimento das quantidades construídas desde o biênio 1870-71 (732 km) até o biênio 1914-15 (33.710 km).

**Tabela 2 - Rede ferroviária (1870-1915)**

Período	Construção de ferrovias (em km)
1870-71	732
1875-76	1.956
1880-81	616
1885-86	4.502
1890-91	9.432
1895-96	14.469
1900-01	16.901
1905-06	20.560
1910-11	30.059
1914-15	33.710

Fonte: Conde (1963, p.6)



Nesse período, em relação ao papel do Estado, não havia políticas creditícias preferencias para os investimentos industriais e outros instrumentos de políticas ativas de transformação efetiva, o que configurou a política da economia primária exportadora. De acordo com Romero (2005), a desvalorização do peso foi aceita para beneficiar os exportadores e até 1890 o crédito era disponibilizada em grandes margens.

De acordo com Ferrer (2006), o estabelecimento do orçamento nacional e a nacionalização da alfândega permitiram que fossem aumentados os gastos totais do setor público e também que houvesse acesso ao crédito externo. Entretanto, para um bom funcionamento da economia que permitisse a entrada de capitais estrangeiros, não bastaria a existência de um orçamento nacional. Era necessário também haver um sistema monetário que assegurasse uma estabilidade à moeda nacional e possibilitasse um fiel cumprimento dos compromissos externos do governo.

Romero (2005) afirma que o Estado argentino executou algumas medidas visando estimular o crescimento econômico do país, eliminando os gargalos e criando condições para o desenvolvimento dos empresários privados. O governo concedeu diversas garantias aos empresários, assumindo os riscos menos desejáveis. Após isso, quando o sistema estivesse estável e houvesse crescimento econômico crescente, os riscos, aos poucos, seriam remetidos ao setor privado.

Ferns apud Ferrer (2006) revela que a Argentina utilizava na época uma política de crédito fácil e um sistema de papel-moeda inconversível, sendo que uma grande parcela do endividamento externo poderia ser pago em ouro ou em moedas com lastro em ouro, como a libra esterlina. Era preciso, portanto, vincular estreitamente o meio circulante interno às disponibilidades de ouro e emitir moeda somente com contrapartida em depósitos do metal. A conversibilidade do ouro em pesos e vice-versa por somente uma instituição emissora de moeda garantia a estabilidade da taxa de câmbio e evitava a criação de dinheiro, através do desconto de papéis públicos, que seriam utilizados para financiar o déficit estatal.

O ajuste do sistema monetário ao padrão-ouro equilibrava o balanço de pagamento através de seu mecanismo, garantia a estabilidade da moeda nacional, não permitia a expansão monetária sem lastro no ouro e fazia com que o governo argentino cumprisse os acordos relativos ao pagamento da dívida pública externa. Somente em 1899, com a criação da Caixa de Conversão, responsável por emitir moeda, e o estabelecimento da conversibilidade, foram consubstanciadas as bases monetárias para o correto funcionamento do sistema.

O resultado dessa aptidão argentina em se integrar ao mercado global foi o vigoroso aumento das suas exportações e a colocação do país em um lugar de destaque no cenário

econômico mundial. As exportações argentinas, que representavam uma parcela insignificante do comércio internacional em meados do século XIX, já nas primeiras décadas do século XX, ocupavam um importante lugar na economia mundial. A integração da economia argentina ao mercado mundial fez com que se iniciasse a etapa da economia primária exportadora. (Ferrer, 2006)

Diaz Alejandro (2002) revela que a taxa de crescimento da economia argentina compreendida entre 1860 e 1930 possui poucos precedentes na história da economia. Esse crescimento foi maior até o começo da I Guerra Mundial, conforme o autor.

De acordo com Cortés Conde (1974), o Estado argentino foi o responsável pelos primeiros passos da economia primário exportadora. Forneceu um nível baixo de infraestrutura e uma dimensão mínima do mercado. A sua principal ferramenta utilizada foi a política de obtenção de fundos através do crédito externo.

O capital inglês representava cerca de um terço do total de investimentos no país. Recém após 1890, a produção argentina logrou, em proporções muito importantes, os mercados internacionais de grãos. Isso ocorreu não somente pela descoberta de novas terras férteis, mas também pela busca da remoção de obstáculos para colocar os seus produtos no mercado internacional.

Segundo Furtado (2007), no caso argentino, a produção agrícola exportável baseou-se no uso extensivo da terra e destinou-se a concorrer com a própria produção interna dos países em rápida industrialização. O uso extensivo de terras de boa fertilidade, conforme o autor afirma, possibilitou desde o início que fossem logrados altos índices de rentabilidade.

A Inglaterra era o principal destino das exportações argentinas e origem dominante dos investimentos internacionais, sendo que os capitais internacionais eram predominantes na indústria frigorífica, no armazenamento de cereais e na sua comercialização e na construção e manutenção de ferrovias.

A resolução dos problemas de mão-de-obra e a integração física do território criavam condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento agropecuário argentino. A taxa de crescimento das exportações foi de 3,8% ao ano, entre 1875 e 1900, e de cerca de 5% anuais, entre 1901 e 1929. Em 1900, as exportações agropecuárias representavam 55% da produção total, enquanto em 1929, esse percentual havia subido pra 70%. (Diaz Alejandro, 2002)

**Tabela 3 - Indicadores de crescimento da Argentina antes de 1930**

	Taxas de crescimento anuais (percentuais)	
	1865-1869/1910-1914	1910-1914/1925-1929
Longitude das vias férreas (em quilômetros)	15,4	1,4
População (em milhares de habitantes)	3,3	2,8
Exportações de mercadorias (em milhões de pesos de ouro)	6,1	-
Importações de mercadorias (em milhões de pesos de ouro)	5,4	-
Superfície plantada (em milhões de hectares)	8,3	1,3
Índice do volume de mercadorias exportadas	-	3,9
Índice do volume de mercadorias importadas	-	2,4

Fonte: Diaz Alejandro (2002, p.18)

Os dados apresentados pela tabela 3 mostram os índices de crescimento econômico argentino no período. Esses revelam quão importantes foram o aumento populacional, abastecido pelo processo de imigração, e a construção de estradas de ferro para o crescimento argentino. Também confirmam a importância que teve o processo de incorporação de terras férteis para o desenvolvimento argentino, viabilizados principalmente via a chamada *Conquista do Deserto*.

Segundo o autor, o crescimento do PIB real argentino de 1865 a 1914 cresceu a uma taxa média anual de pelo menos 5%. No mesmo período, a população aumentou a uma taxa anual de 3,4%.

No período compreendido entre 1865 e 1870, a lã era um produto de grande produção rural, devido a grande quantidade de ovinos. O ápice da sua produção foi no ano de 1865. A lã chegou a ser na década de 1870 a 1880 o principal produto de exportação. De acordo com Lenz (2001), quando se notou que existiam boas possibilidades de criar-se gado, foi

abandonada em parte a produção de lã. A criação de gado foi destinada à zona da fronteira, pois lá os custos eram mais baixos e o gado cumpria a função de deixar os campos limpos para outras explorações que possibilitassem um retorno maior.

Além da exportação de carne, a de grãos também teve grande destaque no período. Os principais cereais produzidos e exportados eram o trigo e o milho. De acordo com a tabela 4, se observa a quantidade exportada de carne e desses cereais. No caso da carne, se verifica uma grande evolução no *quantum* exportado, sobretudo a partir dos primeiros anos no século XX.

**Tabela 4 - Exportações de carne e de cereais (em toneladas)**

Anos	Carne	Trigo	Milho
1870-74	33.776	-----	-----
1875-79	33.693	-----	-----
1880-84	23.285	-----	-----
1885-89	44.745	-----	-----
1890-94	73.946	-----	-----
1895-99	94.920	-----	-----
1900-04	160.981	9.024.261	9.101.340
1905-09	266.491	13.822.652	10.576.981
1910-14	436.859	9.339.154	18.000.365

Fonte: Rapoport (2000, p.61 e p.66)

Segundo Furtado (2007, p.103), “nos dois decênios entre 1890-1894 e 1910-1914, a população argentina dobrou, passando de 3,6 milhões para 7,2 milhões de habitantes, a rede ferroviária do país passou de 12,7 mil para 31,1 mil quilômetros, as exportações de cereais aumentaram de 1,038 milhão para 5,249 milhões de toneladas e as carnes congeladas de 27 mil para 376 mil toneladas”.

Como destaca Cortés Conde (1974), a expansão argentina nesse período não somente se reduziu ao mercado externo. Pode-se dizer que com a redução dos custos de transportes e a incorporação de terras férteis, surgiu também um mercado nacional. Esse mercado nacional incentivou o surgimento de indústrias.

A composição das importações mostrava a inexistência de uma política de promoção do desenvolvimento de determinados setores da atividade manufatureira. O desenvolvimento industrial ficou restrito a algumas indústrias de pouca densidade de capital e baixa

complexidade técnica, principalmente a de alimentação e a indústria metalúrgica leve ou também as destinadas à exportação, como a frigorífica. As indústrias de base praticamente inexistiam ou eram pouco desenvolvidas, assim como as de produção de maquinarias e aço. Isso prejudicou muito a formação no país de um sistema de ciência e tecnologia, que pudesse endogenizar o avanço científico oriundo dos países industrializados. Para Ferrer (2006, p. 115) “o conteúdo tecnológico do comércio exterior revelava a subindustrialização da economia argentina”. Essa citação se refere ao fato de que o país importava bens manufaturados de tecnologia avançada e serviços complexos e exportava produtos primários de baixo conteúdo tecnológico. Para Cortés Conde (1974), a indústria argentina surgiu apenas como um prolongamento da atividade agropecuária principal.

Furtado (2007) entende que a Argentina apresentou um grau significativo de industrialização na América Latina antes de 1914, assim como o México. Segundo o autor, no caso argentino, a atividade exportadora criava diretamente uma importante massa de poder de compra nas mãos da população. O crescimento das exportações gerava um aumento do mercado interno, que estimulava a industrialização. Os investimentos em infra-estrutura foram efetuados em decorrência da natureza e da localização da atividade exportadora. O aumento da quantidade exportada dos produtos primários, seja para atender o mercado via exportações, seja para atender o mercado interno, constituía uma atividade industrial.

Para Lenz (2001), nas primeiras décadas do século XX, as indústrias apareceram nos ramos que possuíam matéria-prima mais próxima aos locais de produção e cujos preços permitiam competir com a produção importada e chegar aos mercados estrangeiros.

De acordo com a tabela 5, alimentos e bebidas é o setor que se sobressai, correspondendo a mais de 50% do valor agregado da produção industrial e com quase 35% de participação no total do pessoal ocupado. Produtos da madeira, confecções e metais são os setores que vêm logo abaixo, entretanto com percentuais muito inferiores.

**Tabela 5 - Estrutura do setor manufatureiro na Argentina segundo o Censo de 1914 (em %)**

Indústrias	Valor da produção bruta	Ocupação
Alimentos e bebidas	53,3	34,5
Tabaco	3,2	1,8
Produtos têxteis	1,7	3,4
Confecções	7,9	10,5
Produtos da madeira	8,7	12,9
Papel e papelão	0,6	0,8
Gráficas e publicações	2,0	3,1
Produtos químicos	3,2	2,3
Derivados do petróleo	0,1	0,0
Produtos da borracha	0,0	0,0
Artigos do couro	6,3	7,5
Pedras, vidros e cerâmica	3,8	7,5
Metais	6,3	9,9
Veículos e maquinaria, excluída a elétrica	1,4	2,6
Maquinaria e artefatos elétricos	0,4	0,8
Outras manufaturas	1,0	2,3
Total de indústrias manufatureiras	100,0	100,0

Fonte: Diaz Alejandro (2002, p.211)

Assim para Diaz Alejandro (2002), no período correspondente a 1900-1914, o crescimento industrial foi liderado pelas indústrias frigorífica, alimentícia e têxtil. A indústria têxtil também teve alto crescimento também na década de 1920, alavancado devido à expansão do algodão.

Mesmo em épocas de prosperidade, quando as exportações se encontravam em patamares altos, como em 1913, os desempregados representavam 5% da força de trabalho. Em situações consideradas emergenciais, como a Primeira Grande Guerra em 1914 e os períodos econômicos de contração, esse percentual poderia passar até mesmo para 20%.

Ainda segundo Furtado (2007), o desenvolvimento argentino no período fez com que melhorassem as condições de vida da população argentina. Os índices de desenvolvimento humano evoluíram e a população vivia em situações muito mais favoráveis se comparadas àquelas do século XIX, tanto da primeira metade como da segunda.

A situação econômica argentina sempre foi de alto crescimento econômico na época analisada, exceto nos períodos da crise bancária de 1890 e durante a Primeira Guerra Mundial. O crescimento foi maior no período posterior a crise de 1890 até a Primeira Guerra Mundial. Conde (1974) revela que às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Argentina havia obtido um crescimento extraordinário de 5 décadas. A Argentina havia passado de um país pobre e atrasado para um dos de renda per capita mais alta do mundo.

De acordo com Lenz (2001), a questão do fim do período conhecido como *Belle Époque* é uma questão controversa na literatura argentina. Segundo a autora, uma posição afirma que o declínio já havia iniciado no começo da Primeira Guerra Mundial. As causas seriam a ruptura dos créditos internacionais e a conseqüente contração econômica britânica, principal exportador argentino. Isso acabou gerando um déficit no balanço de pagamentos argentinos que levou à queda da taxa de acumulação da poupança interna, pois os empréstimos externos eram escassos. A outra posição acredita que a crise do período começou realmente a partir da Grande Depressão de 1929. Essa hipótese é chamada de retardação tardia. Essa segunda posição defende a crise gerada pela Primeira Grande guerra apenas como temporária e entende que a Argentina obteve crescimento continuado e sucesso nas exportações durante a década de 1920.

Diaz Alejandro (2002) é um dos autores que defende a idéia de que a crise durante o período da I Guerra Mundial foi maior que durante a Grande Depressão. O autor entende que a crise gerada pela I Guerra foi temporária e, após o seu fim, o crescimento se manteve continuado e forte, até a crise de 1929.

Conde (1974) entende que a derrocada do modelo primário exportador argentino já havia começado durante a I Guerra Mundial. A partir de então, o crescimento do país já não era mais o mesmo e a situação piorou ainda mais na crise de 1929. Para o autor, a causa da derrocada do sistema foi a realização de políticas discriminatórias pelo Estado argentino, determinando que não houvesse mudanças nos preços relativos.

## 2.2 A ECONOMIA ARGENTINA APÓS A CRISE DE 1929 (1930-1945)

Segundo a maior parte dos autores, o ano de 1930 marca o fim do modelo primário exportador argentino. De acordo com Rezende (2005), a Grande Depressão de 1929 afetou fortemente os Estados Unidos, que foram obrigados a repatriar seus capitais. Isso gerou consequências desastrosas à Europa, visto que os capitais de propriedade estadunidense que lá existiam eram de longa maturação e foram retirados subitamente, o que acabou criando um colapso do sistema financeiro internacional. Houve, até mesmo, a falência de diversos bancos europeus. Os balanços de pagamentos de muitos países sofreram bruscas reduções, ocasionadas devido a políticas econômicas adotadas pelos Estados Unidos. Essas medidas fizeram com que as exportações mundiais fossem reduzidas brutalmente.

A crise de 1929 fez com que houvesse uma verdadeira onda de protecionismo em todo mundo, reduzindo o comércio internacional e, em consequência, os preços de exportação das principais culturas produzidas na região do Pampa Úmido. Para Fausto & Devoto (2005), ela teve muita influência sobre as economias latino-americanas, em questões relacionadas ao seu comércio exterior, fluxo de capitais para a região e na sua inserção internacional.

No período compreendido entre o início da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda Grande Guerra, houve o enfraquecimento das forças que faziam parte da ordem econômica internacional, ou seja, o comércio, os investimentos diretos privados, as migrações de pessoas e as correntes financeiras internacionais perderam importância relativa nas questões relacionadas à produção e acumulação de capital.

Os fluxos de capitais que alimentavam a economia argentina nas décadas anteriores a 1930 foram interrompidos e muitos inclusive retornaram aos seus países de origem, conforme Romero (2005).

Furtado (2007) revela que, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e principalmente da Grande Depressão, manifestou-se uma persistente queda dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais. De acordo com Romero (2005), os países desenvolvidos utilizaram seu poder de compra para proteger seus mercados, garantir o pagamento das dívidas e proteger seus investimentos.

Entre 1929 e 1933, o volume físico das exportações mundiais caiu em 25% e os preços, em mais de 30%. O valor das exportações decresceu cerca de 50% durante esses 4 anos, como resultado do efeito depressivo do volume físico e da diminuição dos preços. (Ferrer, 2006)



Para Fausto & Devoto (2005), o principal impacto da Grande Depressão se deu no comércio exterior e três questões eram de crucial importância para o governo argentino naquele momento: a administração de divisas, a dívida externa e o acesso aos mercados internacionais para os produtos primários de exportação.

O Estado argentino decretou inconvertibilidade da moeda em 1931, fixou uma paridade relativamente alta para o peso e continuou a atender o serviço da dívida. Em 1935, foi criado um Banco Central, que objetivava a regulamentação da oferta monetária e da atividade bancária. (Fausto e Devoto, 2005)

Em 1931, segundo Gerchunoff & Llach (2003), o governo argentino aumentou em 10% os impostos de importação e taxou os produtos estrangeiros que até então ingressavam livremente no país com o mesmo objetivo de manter o equilíbrio nas contas fiscais.

Romero (2005) revela que houve uma drástica redução dos gastos do governo e em 1931 foi criado um imposto sobre lucros. Também em 1931, de acordo com Gerchunoff & Llach (2003), estabeleceu-se o controle do câmbio, pelo qual o Estado centralizava a compra e a venda de divisas. A introdução dessa medida visava conter a depreciação do peso argentino sem necessitar reduzir o crédito e perder divisas. Dessa forma, a partir do fim de 1931, a comissão de controle de câmbios passou a centralizar todas as operações com moeda estrangeira.

A partir de 1933, com a indicação de Pinedo para o Ministério da Fazenda, avançou-se para um rumo mais inovador no qual havia intervenção crescente do Estado e fechamento progressivo da Economia (Romero, 2005). Para Ferrer (2006), a crise econômica de 1930 acabou de demolir as bases em que se havia sustentado a globalização da segunda ordem mundial e provocou alterações nas idéias econômicas dominantes.

Para Fausto & Devoto (2005), a queda repentina da imigração nos anos 1930 deve ser entendida no contexto de crise econômica mundial das políticas restritivas de alguns países de emigração. Nessa nova conjuntura, o crescimento demográfico cada vez mais dependia das taxas de natalidade e mortalidade. Na década de 1930, já se verificou esse processo, com a população argentina crescendo a uma taxa de 16%.

O processo de imigração na década de 1930 foi muito reduzido se comparado aos números do fim da década anterior, como se observa na tabela 6. A imigração líquida foi reduzida após 1929, se recuperando em 1935. Entretanto, até 1938 não conseguiu retornar aos números do final da década de 1920.

Para Souza (2008), a sociedade argentina passou por grandes mudanças em sua composição demográfica durante o período entre as duas grandes guerras. Desde 1930, a

imigração estrangeira perdeu sua predominância na composição populacional do país para as migrações internas. Até 1914, mais de um terço do crescimento demográfico argentino foi proporcionado pela imigração. Entre 1914 e 1947, essa parcela caiu para 0,6%. A partir da Primeira Guerra Mundial, portanto, houve um grande aumento da migração do campo para as cidades, devido ao aumento da industrialização e da redução das atividades agrícolas destinadas à exportação.

**Tabela 6 - Imigração argentina nas décadas de 1920 e 1930**

Período	Imigração líquida anual média
1925-29	91.000
1930-31	45.800
1932-34	4.400
1935	21.100
1936	27.200
1937	43.900
1938	40.300

Fonte: Diaz Alejandro (2002, p.101)

Entre 1925-29 e 1930-34, os termos de intercâmbio argentinos se deterioraram substantivamente e as exportações foram diminuídas em mais de 6%. Também houve a diminuição da entrada líquida de capitais e as mercadorias importadas declinaram em cerca de 40%. (Diaz Alejandro, 2002)

A Argentina, que era muito dependente da Inglaterra na questão comercial, enfrentou um sério problema, que foi o fechamento dos mercados externos, devido à política protecionista adotada pela Inglaterra em 1932, a qual substituía 1/3 da carne congelada proveniente da Argentina pela da Austrália. (Fausto e Devoto, 2005)

A Conferência de Ottawa, realizada em 1932, mudou a tradicional postura livre-cambista inglês, quando Londres adotou a “preferência imperial”, beneficiando os países da *Commonwealth* e restringindo importações alheias ao bloco. Portanto, a restrição das exportações, a suspensão dos fluxos de capitais e o colapso do preço das *commodities* tornaram inviável a continuidade do modelo de prosperidade que sustentava o país até então. (Candeas, 2005)

Para Fausto & Devoto (2005), os preços dos produtos exportados argentinos se mantiveram estáveis no período pós 1930. O problema, portanto, era a enorme queda do volume de exportações dos países europeus.

De acordo com Diaz Alejandro (2002), a queda do nível de preços mundial, dos termos de intercâmbio e de suas exportações representaram um desastre para economia de um país que era um devedor líquido com uma razão de exportações/PIB de quase 30%.

Esses fatores de conjuntura internacional debilitaram fortemente a Argentina, que muito dependia das exportações mundiais, principalmente as que eram destinadas à Inglaterra. Esse colapso do sistema financeiro intencional obrigou o país sul-americano a buscar novos rumos para o desenvolvimento de sua economia.

Segundo Diaz Alejandro (2002), o PIB argentino sofreu redução entre 1929 e 1932 de aproximadamente 14%. Após esse momento de contração econômica, o PIB voltou a se expandir, ano após ano, até 1940. Entre 1929 e 1939, o PIB argentino apresentou acréscimo de 15%. O valor agregado das manufaturas argentinas foi incrementado em 62%. Fausto e Devoto (2005) também verificaram essa situação, enfatizando que a partir da segunda metade da década de 1930, houve recuperação do desempenho econômico argentino. O país apresentou um crescimento sustentado, com um crescimento de 14% do PIB no quinquênio 1935-40.

Apesar da redução de volume de exportações na década de 1930, alguns produtos ainda possuíam importância na pauta de exportações. Os principais produtos de exportação na década de 1930 continuaram sendo o trigo e a carne, representando 37% e 39% do valor total, respectivamente. (Fausto & Devoto, 2005)

Para Diaz Alejandro (2002), a produção agropecuária, desde 1930, obteve um crescimento pobre se comparado às três primeiras décadas do século XX. Depois de 1930, o crescimento era em torno de 1% anual, enquanto nas três décadas anteriores era de 3,5% ao ano.

**Tabela 7 - Evolução do coeficiente de importação e do coeficiente de industrialização**

Ano	Coeficiente de importação	Coeficiente de industrialização
1929	17,8	22,8
1937	13,0	25,6
1947	11,7	31,1

Fonte: Furtado (2007, p.189)

De acordo com Furtado (2007), a partir de 1929 observa-se uma redução do coeficiente de importações argentino, possibilitado graças a um crescimento mais que proporcional do setor industrial.

A partir dos anos 1930, realizou-se um esforço substancial buscando preservar o crédito externo, o que exigia uma determinada política de contenção interna. Buscou-se substituir importações no setor agrícola – algodão e outras matérias-primas agrícolas – e de orientar a industrialização para os bens de consumo não duráveis.

Para Fausto & Devoto (2005), o incremento da indústria de substituição de importações foi resultado da crise externa e da carência de divisas. Esse processo provocou uma expansão nunca vista antes no país na atividade industrial.

A década de 1930 registrou um substancial salto quantitativo e qualitativo na produção industrial argentina. O setor industrial argentino em 1939 era cerca de 35% maior do que em 1930 e representava 22,5% da produção total, superando em importância o setor agropecuário (Gerchunoff & Llach, 2003).

Conforme Furtado (2007) destaca, no período pós 1930, o processo de industrialização foi muito mais dependente da ação estatal visando concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia estrangeiros do que propriamente da substituição de importações. Nesse momento, falou-se em substituição de importações porque a produção industrial destinava-se estritamente à demanda interna, abastecendo mercados que anteriormente eram supridos pelas importações.

De acordo com Diaz Alejandro (2002), o desenvolvimento da indústria argentina na década de 1930 aproveitou de maneira eficiente os recursos disponíveis. Justificou-se nesse período a proteção à indústria local, de acordo com a idéia de indústria incipiente. As políticas econômicas adotadas nessa década não excluíram completamente a concorrência estrangeira. A questão competitiva da economia anterior a 1930 se manteve em pé. A política oficial ajudou de maneira positiva a indústria.

Para Furtado (2007), a industrialização induzida pela substituição de importações foi um fenômeno dos anos 1930 e de período da Segunda Guerra Mundial, ou seja, da fase em que a contração da capacidade para importar possibilitou o núcleo industrial surgido na fase do modelo primário exportador fosse utilizado intensamente.

**Tabela 8 - Produção e importação de manufaturas (1900-1945) (%)**

Período	Produção Nacional	Importação
1925-29	48,9	51,1
1930-34	62,7	37,3
1935-39	63,3	36,7
1940-44	80,5	19,5

Fonte: Haines (2008, p.62)

Conforme dados da tabela 8, observa-se que a partir do final da década de 1920, a produção nacional de manufaturas sofreu um grande incremento, enquanto a sua importação decresceu bastante. De 1925-29 para 1940-44 a produção nacional passou de 48,9% para 80,5. Sobre as importações dos produtos manufaturados, ocorre o efeito inverso, reduzindo-se, no mesmo interregno de tempo, de 51,1% para 19,5%. Isso mostra que grande parte das manufaturas que eram importadas na fase anterior a 1930 passaram a ser produzidas internamente, devido a fatores externos gerados pela crise internacional.

De acordo com Rapoport (2000), o crescimento industrial difere qualitativamente se comparado ao do período primário exportador. Os ramos considerados tradicionais, como alimentos e produtos pecuários mostravam um crescimento muito inferior e perdiam participação relativa no conjunto da indústria.

Desde 1930, novos setores começaram a mostrar dinamismo, como o têxtil, que liderou a expansão do setor industrial crescendo entre uma taxa de 10,5% anual, contra 4,3% da alimentícia. Outros setores que cresceram no período foram os derivados do petróleo, veículos e maquinaria. Os ramos que apresentaram expansão mais evidente foram a borracha, as maquinarias e os artefatos elétricos, os quais eram quase inexistentes até então.

A quantidade de investimentos diretos de empresas estrangeiras foi essencial para a mudança qualitativa no produto industrial. As multinacionais haviam se implantado na Argentina ainda na década de 1920 e introduziram novos produtos e processos de produção. Entre os anos de 1924 e 1930, para Conde (1963), os investimentos industriais em máquinas e equipamentos foram tão elevados, que não conseguiram ser superados até o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesta conjuntura, os investimentos estrangeiros assumiram papel fundamental, pois durante a década de 1920 se instalaram mais de 40 empresas estrangeiras no país.

**Tabela 9 - Estrutura da produção industrial segundo valor agregado (em %)**

Indústria	1930	1939
Alimentos e bebidas	26,2	28,9
Tabaco	4,5	3,7
Têxteis	7,6	13,2
Confecções	8,7	6,9
Madeira	8,6	4,9
Gráfica e publicidade	9,0	5,5
Couros	4,6	3,9
Papel e papelão	2,4	1,6
Produtos químicos	8,3	7,3
Borracha	0,1	1,3
Metais	5,5	7,9
Pedras, vidro e cerâmica	7,4	4,1
Veículos e maquinarias	0,1	6,3
Aparelhos elétricos	0,1	1,5
Derivados do petróleo	1,9	3,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Rapoport (2000, p.272)

A partir de 1930, as manufaturas começaram a apresentar uma representatividade muito maior no crescimento econômico argentino. Desde o fim do modelo primário exportador, a economia nacional passou a depender muito mais da capacidade de expansão da indústria manufatureira. Para Diaz Alejandro (2002), essa mudança ocorreu devido a fatores exógenos gerados em decorrência da crise internacional, que diminuiu muito a capacidade de importar argentina.

Segundo Rapoport (2000), a indústria passou a ser o impulsionador do crescimento econômico e gerou uma importante transformação na estrutura produtiva, que acelerou o processo substitutivo de importações. Os setores de maior crescimento eram aqueles que se destinavam à produção de bens de consumo final, eram mais intensivos em capital e importavam maquinarias e insumos intermediários necessários a sua produção.

**Tabela 10 - Desenvolvimento industrial argentino (1935-1941)**

	1935	1937	1939	1941
Estabelecimentos	40606	49375	53927	57940
Pessoal	597369	719052	769954	899960
Motores primários	2035812	2176284	2327578	2405511
Motores elétricos - energia comparada	516889	630993	729668	842384
Motores elétricos - energia gerada	197043	241017	313410	354546
Jornada e salários pagos	781839	1001485	11230074	1284789
Matérias-primas utilizadas	1964225	2880831	3002061	3851366
Combustíveis e lubrificantes utilizados	84145	105819	128042	207876
Energia elétrica comparada	32080	36909	41840	58136
Valor da produção	3457832	4709090	5127307	6337304
Valor agregado	1277382	1685531	1955364	2219926

Fonte: Rapoport (2000. p.277)

Entre 1935-41, a quantidade de estabelecimentos aumentou quase 20%, a quantidade de pessoas empregadas na manufatura aumentou em quase 50% e o valor da sua produção quase dobrou. O incremento da energia empregada também quase dobrou.

O crescimento industrial argentino da década de 1930 também foi caracterizado pelo aumento da quantidade de estabelecimentos pequenos intensivos em mão-de-obra e com baixo capital por unidade de trabalho. Sua ocorrência pode ser observada na tabela 11. A maior parte dos estabelecimentos tinha entre 0 e 5 trabalhadores. As firmas com mais de 1000 funcionários representavam uma parcela muito pequena da sua quantidade total.

**Tabela 11 - Estabelecimentos industriais classificados de acordo com o número de trabalhadores**

	Quantidade de estabelecimentos		
	1935	1937	1939
0	6931	11358	12220
1 a 5	22638	24865	27287
6 a 10	4833	5591	6142
11 a 100	5480	6629	7251
101 a 250	486	636	639
251 a 1000	200	233	265
Mais de 1000	36	47	44
Total	40604	49359	53848

Fonte: Rapoport (2000, p.274)

Com o início da Segunda Guerra Mundial, foram criadas novas dificuldades relacionadas ao comércio internacional. As exportações mundiais caíram 20% e os preços agrícolas aproximadamente 35%.

Para Fausto & Devoto (2005), a neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial agravou a situação, pois “batia de frente” com o país mais poderoso da época, os Estados Unidos. Nesse período, o Brasil fazia aliança com os EUA e a Argentina perdia muitas oportunidades de investimentos. O país somente aderiu aos Aliados – constituído por Estados Unidos, Inglaterra e França – em 1944.

O surgimento da nova guerra e o receio de que houvesse nova recessão econômica fez com que o governo argentino elaborasse o plano de Reativação Econômica, proposto por Pinedo em 1940. Este plano se baseou em um diagnóstico pessimista que previa o surgimento de uma nova crise do comércio exterior, o que indicava uma depressão iminente e crise no setor industrial. Era constituído de políticas anticíclicas que visavam conter novas quedas nas exportações. Para Di Tella apud Haines (2008), o plano buscava fomentar ao setor industrial um sistema de crédito público e maior substituição de importações. Pinedo acreditava que a base econômica do país continuava a ser a atividade primária exportadora. Na defesa do seu plano, manifestou que as exportações agrícolas eram a “roda principal” da economia e a manufatura e a construção faziam parte de “rodas menores”.



Entretanto, o plano apresentado por Pinedo não foi aprovado pelo Congresso, devido a uma disputa política. Com o desenrolar da Segunda Guerra, os diagnósticos do plano não se confirmaram. Durante a guerra, as exportações argentinas mantiveram seus mercados tradicionais e aprofundaram suas vendas para países como os Estados Unidos e o Brasil. Dessa forma, esta evolução das exportações contrariou a previsão do plano e contribuiu para seu fracasso político. (Haines, 2008)

Nos primeiros cinco anos da década de 1940 muitas atividades manufatureiras conseguiram intensificar a substituição de importações, já que a Segunda Guerra Mundial impossibilitou a importação de um elevado número de manufaturas. Ademais, houve a exportação de produtos industriais em números consideráveis, principalmente para países da América Latina e Estados Unidos. (Gerchunoff & Llach, 2003)

Entretanto, o sucesso das exportações industriais foi desfeito ao final da guerra. Além desse fato, a dificuldade para importar durante o conflito global impossibilitou o acesso das indústrias às matérias-primas e aos bens de capital, o que não possibilitava a satisfação da demanda por produtos industriais. Dessa maneira, para Gerchunoff & Llach (2003), nos anos de guerra, a produção argentina cresceu a taxas anuais menores que a de outros países da América latina. Enquanto a Argentina cresceu 2,45%, o Brasil cresceu 2,89%, o Chile 4,07% e o México 5,25%.

Em 1943, o presidente Ramon Castillo foi deposto pelos militares, que assumiram o controle do país. A partir desse ano, despontava a figura do militar Juan Perón, que evoluía cada vez mais no cenário político argentino. Durante a Guerra, este havia acumulado os cargos de Ministro da Guerra, Secretário do Trabalho e Previdência, além da Vice-Presidência.

### **3 O GOVERNO PERÓN (1946-1955)**

Desde o início dos anos 1940, a sociedade argentina passava por diversas transformações estruturais, existindo um acelerado processo de industrialização e urbanização. Para Candeas (2008), se consolidavam naquele momento a classe média e uma classe empresarial industrial, que buscavam poder equivalente ao das classes altas. A classe operária também aparecia com maior destaque, propiciado pelo aumento da força sindical.

O país vivia uma situação econômica favorável. Devido à Segunda Guerra Mundial, a produção agrícola tinha sido vendida a preços altos, e graças à adoção de restrições à importação de alguns produtos, as reservas cambiais se acumularam. De 1.300 milhões de dólares em 1940, as reservas chegaram a 5.640 milhões em 1946. (Souza, 2008)

Perto do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1943, um golpe militar desferido por um grupo de coronéis do exército derrubou o governo do presidente Castillo. Após a queda do presidente, o governo militar assumiu o poder em 4 de junho de 1943 e foi encabeçado sucessivamente pelos generais Pedro Ramirez e Edelmiro Farrell.

Desde 1943, o coronel Juan Domingo Perón já ganhava destaque no governo como Ministro do Trabalho e da Previdência Social, atraindo para o regime o apoio dos sindicatos. Como responsável pelas secretarias do Trabalho e Previdência, interveio amplamente nas relações trabalhistas. Desde o início, o governo militar teve o apoio dos trabalhadores, já que o salário teve um incremento real significativo e houve a criação de inúmeros benefícios. Em 1945, o coronel acumulou também os cargos de Ministro da Guerra e Vice-Presidente.

De acordo com Romero (2005), o coronel Perón conseguiu mobilizar um amplo movimento político a seu favor, que o possibilitou de vencer as eleições de fevereiro de 1946. Além disso, ele contava com o apoio de segmentos do radicalismo, grupos sindicais e Forças Armadas.

O capítulo presente está segmentado em quatro partes: na parte inicial serão apresentadas as políticas sociais e econômicas desenvolvidas pelo governo peronista e os aspectos mais marcantes da industrialização e da evolução da econômica e, por último, a questão sobre o fim do Peronismo e a sua sucessão por um governo provisório.

### 3.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

A política econômica peronista se caracterizou por ser fortemente intervencionista e por buscar promover a industrialização. Foi responsável por nacionalizar diversos setores da economia nacional e também pela realização de políticas sociais, que melhoram substancialmente a condição de vida dos trabalhadores locais.

A Argentina acabou por não aderir aos acordos de Bretton Woods e investiu em acordos bilaterais. Perón não acreditava na liberalização e na multilateralização da economia e optou por adotar políticas fortemente intervencionistas, contrariando a maior parte do mundo desenvolvido naquele momento. (Candeas, 2005)

Em 1944, com Perón como vice-presidente, foi criado o *Consejo Nacional de Postguerra*, que tinha a finalidade de realizar estudos necessários visando a elaboração de um plano de ordenamento econômico social ao país. Segundo Dirié (1981), a criação desse órgão constituiu a primeira intenção orgânica de planificação na Argentina. Para a autora, o Conselho tinha tanto objetivos de curto como de longo prazo. Entre suas funções, se destacavam: propor a coordenação, planificação e execução de tudo o que se referisse às questões de caráter social e econômico e fixar os objetivos a serem logrados quando a guerra acabasse. Foram criadas diversas subcomissões, que possuíam funções específicas. Se destacam *Finanzas, Trabajos Públicos, Comercio Exterior* e *Orientación Industrial*.

Em 1946, foi criado o *Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI)*, que incentivava o comércio exterior e administrava exportações e importações através de taxas de câmbio diferenciadas. Uma parcela dos ganhos dos produtos agropecuários era utilizada no intuito de subsidiar importações para o setor industrial. (Fausto & Devoto, 2005)

O primeiro plano econômico peronista foi posto em funcionamento em 1947. A tarefa de realização do Primeiro Plano quinquenal ficou a cargo da Secretaria Técnica da Presidência e o plano estabelecia a orientação econômica do país entre os anos de 1947 e 1951. De acordo com Rapoport (2000), o plano estabeleceu objetivos ambiciosos e os cumpriu de forma parcial. Ele propunha a expansão industrial, a redução da vulnerabilidade externa – através da nacionalização dos serviços públicos, a elevação do nível de vida da população mediante uma redistribuição da renda e da riqueza, a manutenção de uma política nacionalista e o fomento da criação de um mercado de consumo.

Para Rapoport (2000), pela primeira vez aparecia um projeto governamental que se pronunciava favorável à industrialização do país, fazendo referências aos diversos benefícios que o processo gerava. Para o governo, esse processo deveria apoiar-se sobre o mercado

interno, pois naquele momento o país dependia profundamente do mercado internacional e planejava diminuir sua dependência externa.

Fausto & Devoto (2005) revelam que a Argentina optou por uma estratégia de expansão do mercado interno, apoiada principalmente no aumento do salário real e no crédito fácil para o setor industrial, a juros negativos.

Romero (2005) destaca que uma das prioridades do governo peronista estava relacionada aos trabalhadores, com a busca da manutenção do emprego e a elevação do seu padrão de vida. Essa preocupação se deve ao fato de que Perón tinha receio de que o desemprego pudesse gerar revoltas populares que pudessem colocar o governo em risco.

De acordo com Rapoport (2000), as medidas sociais lançadas em 1945 foram ampliadas no período 1946-1949. Os salários começaram a subir consideravelmente através de negociações coletivas asseguradas por lei. Também houve a introdução e ampliação de muitos benefícios, como as férias remuneradas, as licenças por doença ou os sistemas sociais de saúde e turismo, que foram logradas também pela presença ativa dos sindicatos.

Romero (2005) também entende que o Estado contribuiu de inúmeras formas para melhorar o nível de vida população. Os aluguéis foram congelados, foram estabelecidos salários mínimos e preços máximos, houve a melhoria da saúde pública, a criação de planos de habitação, a construção de escolas primárias e secundárias e a organização do sistema de aposentadoria.

Não obstante, as melhorias das condições de vida da população foram diminuídas substancialmente nos anos que se seguiram à crise de gastos estatais de 1949. Os gastos públicos tiveram que ser reduzidos e o governo não tinha mais recursos suficientes para financiar a sua política de desenvolvimento social. Existiam poucos investimentos externos e as abundantes reservas internacionais tinham se reduzido consideravelmente com o passar dos anos.

A organização operária também se fortaleceu. Até 1943, a sindicalização era muita pequena e foi se ampliando nas agremiações industriais e nos órgãos do Estado, chegando ao seu ápice em 1950. A lei de associações profissionais garantia a existência de organizações grandes e poderosas com força para negociar em igualdade de condições com os representantes patronais. (Romero, 2005)

Até 1949, as greves foram numerosas e eram geradas e estimuladas pelas reformas do governo com o objetivo de que fossem cumpridas ou ampliadas. Havia a convicção, por parte dos trabalhadores, de que se os movimentos se ajustavam à vontade profunda do presidente. (Romero, 2005)

Contudo, o presidente se preocupava com essas rebeliões populares e visava aumentar o seu controle sobre o movimento sindical. O governo foi se afastando dos associados mais antigos e os substituiu por outros escolhidos pelo governo, que eram mais propensos a acatar as decisões estatais. (Ferrer, 2006)

Nos primeiros anos, as greves foram consideradas extremamente negativas pelo governo. As soluções das revoltas eram feitas através de decisões arbitrárias e reprimidas por ação de forças públicas. Entretanto, a partir de 1947, Eva Perón, a esposa do presidente, assumiu a Secretaria do Trabalho, cumprindo as funções de mediação entre os dirigentes sindicais e o governo, o que facilitou a negociação dos conflitos. (Rapoport, 2000)

Segundo Ferrer (2006), o Estado peronista tinha nos trabalhadores sua grande força legitimadora e a reconhecia. Por esse motivo concedia lugar de destaque aos sindicatos e aos seus representantes no governo.

Perón também procurou aumentar seu apoio aos trabalhadores não sindicalizados. Isso se realizou através da criação de uma Fundação comandada por Evita. Essa Fundação era financiada com fundos públicos e com contribuições particulares. Foram criadas escolas, centros para órfãos e idosos e instituições médicas, além da distribuição de alimentos. (Rapoport, 2000)

De acordo com Bussola (2008), o Peronismo era considerado o “partido dos trabalhadores”, já que foram realizadas muitas propostas em seu prol. Foi aumentado o poder aquisitivo dos setores populares, o que significa que houve uma distribuição da riqueza nacional em favor dos trabalhadores, como não havia acontecido em períodos anteriores.

Essa distribuição de renda e riqueza favorável aos trabalhadores foi financiada através da realização de muitos gastos públicos, fator responsável por reduzir em grande quantidade a riqueza argentina obtida durante a Segunda Guerra Mundial. Essa situação acabou se tornando insustentável, já que o crescimento econômico argentino também se reduziu fortemente durante governo peronista.

Segundo Bussola (2008), o que se percebia nos setores populares é que era possível um aumento significativo do poder aquisitivo. O salário real podia manter-se elevado aumentando o seu valor nominal a uma taxa superior à inflação e/ou controlando os fatores que intervinham no custo de vida. Se bem que durante o peronismo se tenha aumentado o salário nominal, a aposta forte esteve no controle dos fatores envolvidos no custo de vida. O incremento do salário real se deveu essencialmente à queda do valor relativo dos preços agropecuários, tarifas públicas e aluguéis.

**Tabela 12 - Índice de salários industriais e custo de vida – base 1945 = 100**

Ano	Índice de salários industriais nominais	Índice móvel anual de industriais nominais	Custo de vida	Índice de salários reais
1945	100	114,5	100	100
1946	124,5	124,5	117,1	106,3
1947	176,9	142	131,4	134,6
1948	247,6	139,9	148,5	166,7
1949	340,4	137,4	197,1	172,7
1950	408,7	120	245,7	166,3
1951	519	126,9	337,1	153,9
1952	638,8	123	485,7	137,2
1953	715,8	112	485,7	147,4
1954	794,4	110,9	502,9	157,9
1955	882,5	111	565,7	156

Fonte: Rapoport (2000, p.349)

Como se observa na tabela 12, houve uma grande apreciação dos salários reais dos trabalhadores industriais a partir de 1946. O auge de sua valorização se deu em 1949, sendo 72,7% maior que o de 1945. A partir de 1950, com a crise estatal, o salário real sofre uma desvalorização e decresce até 1952, quando se recupera novamente, contudo, não atingindo os valores do fim década de 1950.

A nacionalização de grande quantidade de empresas teve um papel muito importante na evolução do setor público. Segundo Diaz Alejandro (2002), esse processo dava ao Estado a possibilidade de corrigir alguns desequilíbrios econômicos, já que se tornava mais responsável pela geração de empregos e ampliação e melhoria dos serviços públicos. Foram nacionalizados os setores de distribuição nacional de gás, de telefonia, dos transportes (estradas de ferro) entre outros.

De acordo com Bussola (2008), a nacionalização das estradas de ferro teve um importante valor simbólico para a Argentina, já que cortou os laços com os capitais estrangeiros e inaugurou um período de relativa independência econômica, o que dava ao governo o seu caráter nacionalista. Entretanto, essa situação impediu a realização de novos investimentos externos na economia argentina, fator que impossibilitou um maior crescimento econômico argentino no período peronista.

A política de nacionalizações gerou um elevado incremento da participação do Estado na economia e, por consequência, do gasto público. A crise iniciada em 1949 obrigou o Estado a contrair o seu gasto, diminuindo a razão déficit/PIB. Em 1950, o governo conseguiu reduzir essa razão para menos de 4%. O percentual da dívida em relação ao PIB passou de 7,23% em 1945 para 4,0 em 1955, se reduzindo consideravelmente. (Rapoport, 2000)

Entretanto, o aumento do gasto público não decorreu somente da nacionalização de empresas. Houve também o aumento em grande quantidade de empregos públicos, fator que teve grande influência no total de gastos. (Fausto & Devoto, 2005)

**Tabela 13 - Gasto público argentino (1945-1955) (em milhões de pesos)**

Ano	Gasto	Receita	Déficit	Déficit (% do PIB)
1945	12.494	9.171	3.323	7,23
1946	12.567	9.383	3.184	6,36
1947	17.047	13.376	3.671	6,60
1948	24.687	14.227	10.460	17,87
1949	17.002	14.244	2.758	4,76
1950	17.236	15.152	2.084	3,56
1951	17.424	16.028	1.396	2,31
1952	16.896	15.726	1.170	2,07
1953	18.363	16.848	1.515	2,55
1954	10.053	17.110	2.943	4,74
1955	18.234	15.648	2.586	4,00

Fonte: Rapoport (2000, p. 396)

De acordo com Fausto & Devoto (2005), o Banco Central também foi nacionalizado, assim como os depósitos realizados nos bancos privados. Com isso, se buscava colocar sob o contrato estatal todas as fontes de criação de dinheiro no sistema.

Em 1952, após sua reeleição, Perón apresentou o Segundo Plano Quinquenal, que entraria em vigor em 1953 e teria validade até 1957. De acordo com o plano, o Estado era responsável pelo controle do comércio exterior guiado pelo objetivo de defender a produção nacional e obter termos de troca equitativos. A gestão do plano era orientada para a consolidação dos mercados de exportação e importação e alguns setores-chave eram fixados de acordo com uma ordem de prioridades. (Haines, 2008)

Já que o Primeiro Plano havia consolidado o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, este deveria implantar a indústria pesada. Para Haines (2008), o plano visava também o aumento da produtividade do capital e do trabalho, ou seja, propunha o aperfeiçoamento de métodos técnicos produtivos, estimulando o aumento da eficiência no trabalho através da geração de benefícios. Também se justificava a necessidade do capital privado e estrangeiro para alavancar o desenvolvimento da economia.

De acordo com Rapoport (2000), o Segundo Plano Quinquenal propunha coordenar a participação de empresários e trabalhadores na planificação e execução da política econômica do país, determinar o papel da empresa privada frente ao intervencionismo estatal e prosseguir com a política de substituição de importações entre outros.

Segundo Diríé (2008), o cumprimento das medidas previstas pelo plano exigia um forte esforço de financiamento do Estado. Os recursos se originariam predominantemente de títulos de dívida pública e, em menor escala, do IAPI.

Em relação à política internacional peronista, Ferrer (2006) revela que esta foi denominada de Terceira Posição, pois estava equidistante do bloco capitalista, liderado pelos EUA, e do socialista, liderado pela União Soviética. Para o autor, a adoção dessa política visava a diversificação dos mercados compradores e vendedores. De acordo com Candéas (2005), com essa política de não-alinhamento, a Argentina procurava a máxima autonomia dentro do Hemisfério Ocidental.

Para Ferrer (2006), na política externa, houve também o estreitamento dos vínculos com os países latino-americanos, especialmente os limítrofes. Foram realizados principalmente acordos bilaterais, que resultavam na expansão considerável do comércio.

No segundo mandato de Perón (1952-1955), o antiamericanismo acabou sendo revertido de forma pragmática e foi iniciada uma fase de fluxo de capitais estadunidenses ao país. Foi celebrado inclusive um acordo com a *Standart Oil* em 1955, que previa a constituição de uma “Califórnia Argentina de Petróleo S.A.”.

Essa transferência de capitais estrangeiros foi de fundamental importância para uma recuperação parcial da economia argentina. A riqueza do país havia sido reduzida consideravelmente e se fazia necessário o ingresso de investimentos externos para não dificultar ainda mais a conjuntura econômica do país.



### 3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO

A indústria ocupava um lugar central na concepção econômica peronista. Seu abastecimento e desenvolvimento tornariam possível a obtenção do pleno emprego e a independência do abastecimento interno. Para Rapoport (2006), pela primeira vez se observava um governo argentino com uma posição firmemente industrialista.

Para Gerchunoff & Llach (2003), o governo peronista assumiu uma postura nacionalista e industrializante, restringindo as importações que pudessem competir com as indústrias nacionais e se responsabilizou em fornecer créditos subsidiados à indústria local. Ademais, o *Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio* (IAPI), monopolizou a comercialização agrícola e transferiu a renda obtida para o setor industrial

Segundo Fausto & Devoto (2005), os instrumentos de política industrial utilizados apontavam especialmente para a restrição de importações nos setores prioritários, a concessão de subsídios e a constituição de um sistema de fornecimento de crédito que facilitaria o financiamento ao setor. Para Rapoport (2000), os subsídios influenciavam bastante o crescimento do setor industrial. Houve a redução dos custos de transportes e taxas de juros negativas e o fator essencial era a política creditícia específica ao setor industrial.

O fornecimento de crédito era, em maior parte, responsabilidade do *Banco de Crédito Industrial* (BCIA), instituição criada em 1944. Em 1946, o BCIA era responsável no mínimo por 20% do setor bancário ao setor industrial, participação que foi incrementada nos anos seguintes, chegando em 1949 a quase 80% do total de crédito concedido às empresas do setor. Nos últimos anos do governo peronista, a participação decaiu para aproximadamente 50%. (Rapoport, 2000)

Segundo Gerchunoff & Llach (2003), um aspecto fundamental que estimulou o crescimento industrial foi a política salarial implementada durante o primeiro plano quinquenal de Perón, quando ocorreu uma expansão salarial sem precedentes. Os salários reais aumentaram 62% entre o fim da segunda guerra e o final da década de 1940. Já que possuíam salários mais elevados, os trabalhadores aumentaram o montante total consumido, favorecendo o aumento dos investimentos industriais.

Desde 1946, quando Perón assumiu o poder, o governo tomou algumas medidas para obter os bens intermediários e de capitais necessários para se iniciar uma fase mais complexa de industrialização, que incluía setores mais dinâmicos. Havia o estímulo às exportações agrárias com o objetivo de obter divisas necessárias para a importação desses bens e o

impulso para a produção local, que criava mercados externos para bens industriais que tinham o mesmo intuito. (Boris & Fausto, 2005)

As proteções tarifárias, cambiais e as concessões de crédito para o setor industrial garantiram um elevado grau de substituição de importações até o início da década de 1950. Em 1929, 45% das manufaturas consumidas no território argentino era importada, enquanto que em 1950 esta proporção decresceu para 15%. (Gerchunoff & Llach, 2003)

Segundo Furtado (2007), o processo de industrialização argentino no pós II Guerra dependeu muito mais da ação estatal visando a concentração de investimento em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capital e tecnologia estrangeiros do que propriamente do processo de substituição de importações.

Para o autor, ainda se falava em substituição de importações, pois a produção industrial, que era orientada estritamente para satisfazer a demanda interna, abasteceu mercados que anteriormente eram supridos pelas importações, mesmo que em escala diminuta. Os novos mercados eram criados principalmente pela ampliação da demanda global que trouxe consigo o processo de industrialização.

**Tabela 14 - Produção industrial (1945-1955)**

Ano	Produção (1950=100)	PIB industrial (% do PIB)
1945	76,5	22,8
1946	86,3	23,6
1947	99,5	24,5
1948	100,7	23,5
1949	97,1	23,0
1950	100,0	23,4
1951	100,2	23,2
1952	95,0	23,1
1953	93,0	21,4
1954	101,0	22,3
1955	106,3	23,4

Fonte: Rapoport (2000, p.433)

A conjuntura favorável dos primeiros anos do peronismo produziu um grande crescimento industrial, privilegiado devido a uma grande quantidade de investimentos realizados no setor. Em 1945, pela primeira vez, a participação do setor industrial no PIB foi

maior que a do agropecuário: 22,8 contra 20%. Essa participação cresceu ainda mais nos dois anos subseqüentes, se estagnando apenas em 1949, com a crise de gastos do setor público.

A evolução do investimento industrial coincidiu com a do produto. Para Diaz Alejandro (2002), os investimentos industriais em máquinas e equipamentos, imprescindíveis para qualquer melhoria tecnológica e produtiva, foram extremamente importantes no período 1946-1948, sendo resultado de importações principalmente de origem estadunidense.

O Banco Central era encarregado de todas as operações relacionadas ao controle de câmbios, que foi implantado para fazer frente aos gastos de divisas que o país enfrentava devido à expansão das importações. Havia vários tipos de câmbio, básicos e preferenciais, conforme o produto que era importado ou exportado. (Boris & Fausto, 2005).

**Tabela 15 - Estrutura da atividade manufatureira (1945-1954) (em %)**

Setor	1935-1939	1940-1944	1945-1949	1950-1954
Alimentos	28,8	27,6	24,1	23,5
Têxtil	13,2	15,7	17,0	15,2
Couro	3,6	4,9	4,3	3,3
Papel e papelão	1,5	1,8	1,7	2,0
Produtos químicos	7,3	8,7	5,5	5,1
Borracha	1,4	0,6	1,0	1,6
Metais	8,4	6,4	7,4	10,0
Veículos e maquinarias	6,5	6,2	9,1	8,9
Aparatos elétricos	1,3	1,1	1,4	2,3

Fonte: Rapoport (2000, p.437)

Entre as indústrias mais dinâmicas estavam as de metais e de veículos e maquinarias, que obtiveram um grande impulso durante os últimos anos do governo e se consolidaram nos anos seguintes. A indústria de metais passou de 6,4% em entre 1939-1944 para 10% no período 1950-1954. Já o setor de maquinarias e veículos elevou sua participação durante a década de 1940, passando de 6,2% em 1939-1944 para 9,1 nos anos finais da década.

Entre 1949 e 1952, o setor industrial obteve um desenvolvimento mais lento que no nos anos anteriores. A taxa de crescimento global foi de 2,9% e os setores mais dinâmicos foram o de máquinas e aparatos elétricos, derivados do petróleo, veículos e produtos têxteis.

A participação do setor de alimentos foi reduzida, passando de 28,8% entre 1935-1939 para 23,5% em 1950-1954. Isso mostra que o setor alimentício dava lugar a outros setores

industriais que utilizavam mais intensamente o fator capital. O setor de aparatos elétricos também revelou um incremento considerável nos primeiros anos da década de 1950.

Mesmo com a redução da participação da indústria de alimentação em relação ao total, ela ainda assim se manteve preponderante no período peronista. Em segundo lugar em participação, se encontrava o setor têxtil, se mostrando forte durante o período. O setor passou por um incremento nos primeiros anos do governo Perón, para depois uma redução na participação, chegando a um nível um pouco mais baixo se comparado com o do fim da Segunda Guerra Mundial.

Conforme Ferrer (2006), o acesso a divisas foi extremamente importante para o desenvolvimento de todos os setores, visto que elas eram responsáveis por fornecer equipamentos importados e faziam com que não fosse necessária a utilização de aparelhagem já obsoleta para a produção.

Para Souza (2008), a principal consequência da política econômica do primeiro governo peronista para o setor industrial foi a de que os maiores níveis de renda estimularam a demanda por produtos industriais locais e isto se traduziu em maior necessidade de insumos industriais importados.

Contudo, a crescente valorização do peso não resistiu à crise de 1949 e um ano após foi oficialmente desvalorizado. A grande desvalorização realizada encareceu o preço dos produtos importados, o que tornou a indústria local mais incorporada. (Rapoport, 2000)

**Tabela 16 - Comparação entre os censos industriais de 1947 e 1954**

	1947	1954
Número de estabelecimentos	84.400	148.325
Pessoal ocupado	1.023.032	1.167.961
Valor da produção (em milhares de pesos de 1960)	3.415.370	4.652.200
Salários pagos	572.697	821.158
Pessoal ocupado por estabelecimento	12,12	7,87
Produtividade	3.340	3.980
Salário por pessoal ocupado (em milhares de pesos de 1960)	560	703

Fonte: Rapoport (2000, p.438)

Entre os anos de 1947 e 1954 se observa que os estabelecimentos aumentaram em mais de 70% , o pessoal ocupado sofreu um incremento de quase 15% e o valor da produção se elevou em mais de 30%. No período, se verifica também uma alteração da escala média de ocupação por estabelecimentos. Esse fator juntamente com o aumento da produtividade demonstraram uma tendência que implicou cada vez mais a utilização de mais capital e tecnologia na indústria argentina.

O processo de industrialização havia permitido substituir importações, de maneira que em meados da década de 1950 se fabricava localmente um conjunto de bens de consumo substancialmente maior que antes se comprava do exterior. Porém, esse processo suscitou um crescimento veloz da importação de insumos diretos e indiretos, além de máquinas.

Portanto, pode-se dizer que a produção industrial argentina era extremamente dependente dos ciclos econômicos mundiais. No longo prazo, seu crescimento dependia de que as exportações geradas pelo setor primário agropecuário gerassem divisas suficientes para cobrir as importações de insumo e bens de capital.

### 3.3 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Quando iniciou seu mandato em 1946, o novo governo herdou uma importante quantidade de reservas internacionais – cerca de 1,6 bilhão de dólares, mas também uma economia descapitalizada, resultante da forte restrição de equipamentos desde 1930. (Ferrer, 2006)

De 1946-1948, o governo adotou uma política claramente expansionista, estimulando fortemente a produção industrial e realizando uma redistribuição de rendimentos em favor dos setores populares (Diaz Alejandro, 2002). A oferta monetária aumentou 250%, o gasto público passou de 16 para 29% do PIB e os salários e benefícios sociais foram consideravelmente elevados (Ferrer, 2006).

Nesses três primeiros anos de governo, o PIB aumentou em 16% e os bens e serviços disponíveis em 29%. As importações, que foram muito reduzidas durante o período pós Depressão, delimitadas pela redução para capacidade de importar do país, cresceram aceleradamente nesses anos. (Fausto & Devoto, 2005)

O capital estrangeiro, que em 1913 era equivalente a 50% do ativo fixo do país, foi reduzido para 5% em 1955. Além disso, entre 1910-14 e 1955, as remessas de lucros ao exterior declinaram de 58% para 2% do valor das exportações. (Ferrer, 2006)

Entre 1946 e 1950, a participação dos assalariados na renda nacional aumentou de 39 para 46%. As condições de vida dos setores populares da população obtiveram uma melhoria extraordinária. (Fausto & Devoto, 2005)

As mudanças na estrutura produtiva, a elevação do emprego na indústria e nos serviços, o aumento das migrações internas, a urbanização e as políticas sociais peronistas contribuíram em grande escala para a integração do tecido social e para o estabelecimento de maior equidade na distribuição de renda.

**Tabela 17 - Oferta e demanda globais – em milhões de pesos de 1950**

Ano	PIB	Percentual de crescimento do PIB	Consumo	Investimento
1946	50.035	8,9	37.698	11.007
1947	55.600	11,1	42.451	17.470
1948	58.679	5,5	44.505	17.464
1949	57.888	-1,3	44.660	14.667
1950	58.599	1,2	45.466	14.735
1951	60.423	3,1	46.000	15.530
1952	56.411	-6,6	43.811	13.448
1953	59.499	5,4	44.649	13.143
1954	62.072	4,4	46.525	14.325
1955	64.661	4,2	49.794	15.427
Média de 1946-1955		3,6		

Fonte: Rapoport (2000, p.381)

A taxa média de crescimento do PIB no período compreendido entre 1946 e 1955 foi de 3,6%, sofrendo, entretanto, oscilações de elevadas amplitudes. Nos três primeiros anos o crescimento foi bastante acelerado, alcançado o pico em 1947 com 11,1% de crescimento.

Após três anos de grande crescimento, o PIB se reduziu drasticamente no ano de 1949, sendo inclusive negativo. Em 1950 e 1951 há uma recuperação, situação que piora muito com

a queda de 6,6% no ano seguinte. Porém, nos três anos subsequentes, há uma inflexão na conjuntura determinada por acréscimos no PIB de no mínimo 4% em relação aos anos anteriores.

O investimento, que foi muito reduzido durante a II Guerra, aumentou consideravelmente a partir de 1945. Sofreu reduções nos anos de 1952 e 1953, mas se recuperou nos dois últimos anos do governo peronista. Em 1955, atingiu índice menor somente que nos três primeiros anos do governo.

O consumo também teve alto crescimento no período do governo peronista. Obteve maior crescimento nos anos de 1946 a 1948, mas continuou crescendo até 1951, em taxas menores. Após uma queda no ano posterior, somente em 1954 o valor consumido superou o de 1951, voltando a crescer no ano subsequente, representando o melhor valor da época analisada.

Segundo Rapoport (2000), o aumento da demanda se deveu a duas fontes que tiveram estímulos distintos. Primeiramente, a política salarial representada pelo alto incremento dos salários reais e criação de novos empregos, que fez a demanda de bens de consumo crescer notavelmente. O outro fator expansivo foi a crescente participação do Estado, tanto no consumo como no investimento, que se fortaleceu no processo de nacionalização dos serviços públicos.

O acelerado crescimento dos componentes da demanda agregada gerava um crescimento das importações, visto que a maior parte dos bens de capital e uma quantidade razoável de bens de consumo não eram produzidos internamente. Como ao final da II Guerra os produtos agropecuários tiveram seus preços elevados, as exportações argentinas permitiram que fossem adquiridas divisas suficientes para financiar a grande maioria das compras externas, evitando transtornos na balança de pagamentos. (Rapoport, 2000)

**Tabela 18 - Estrutura das importações (1945-1955) (em %)**

Ano	Consumo não duráveis	Consumo duráveis	Combustíveis, transportes e comunicações	Intermediários	Mat. Construção e maquinarias
1945	23,3	8,6	5,3	55,3	7,4
1946	12,7	17,9	13,9	42,7	12,7
1947	17,2	9,3	20,9	34,0	18,6
1948	12,1	8,9	13,4	34,5	26,8
1949	10,7	5,3	15,8	45,2	25,4
1950	9,0	4,2	14,6	45,9	25,1
1951	7,1	9,9	24,3	49,7	18,7
1952	6,2	5,4	20,0	42,0	22,1
1953	7,4	3,0	29,9	40,2	19,5
1954	6,4	2,7	20,8	52,1	18,0
1955	6,3	4,1	10,9	54,0	17,1

Fonte: Rapoport (2000, p. 417)

A composição das importações mostra a preferência dada pelos produtos que contribuíram para o desenvolvimento do processo de industrialização. A participação dos bens de consumo não duráveis sofreu uma drástica redução, a partir de 1945. No ano seguinte é reduzida quase pela metade, passando de 23,3% para 12,7%, chegando a 6,3% no último ano do governo. No caso dos bens de consumo duráveis, a quantidade importada mais que dobra no ano de 1946, mas depois sofre reduções, e em 1955 é de 4,1%.

Durante todo o período peronista, os produtos intermediários foram os mais importados. O mais destacado dentro os intermediários foram os metálicos, que cresceram ao longo dos anos de governo, chegando a 19,8% do total de importações em 1955. Os combustíveis também tiveram importância no período, mais que triplicando o seu valor de 1945 a 1955.



**Tabela 19 - Comércio exterior argentino e termos de intercâmbio**

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial	Preços de exportação	Preços de importação	Termos de intercâmbio
1946	1.175,3	675,4	499,9	220,9	196,8	112,2
1947	1.614,3	1.584,5	29,8	327,3	244,0	134,1
1948	1.626,8	1.590,4	36,4	366,5	277,3	132,2
1949	933,8	1.072,6	-138,8	383,3	307,8	109,9
1950	1.167,6	1.045,4	122,2	268,2	287,4	93,3
1951	1.169,4	1.480,2	-310,8	354,2	346,6	102,1
1952	687,8	1.179,3	-491,5	309,9	378,4	81,9
1953	1.125,1	795,1	330	301,3	315,6	92,5
1954	1.026,6	979	47,6	255,5	296,3	86,2
1955	928,5	1.172,5	-244	236,6	298,5	88,3

Fonte: Rapoport (2000, p.415) - exportações, importações e balança comercial em milhões de dólares – 1935-1939=100

Nos três primeiros anos do Peronismo, em função dos favoráveis termos de intercâmbio e da disponibilidade de mercados existentes no período pós-guerra, o comércio exterior seguiu uma tendência de crescimento, ampliando o mercado existente no período da guerra.

Como se observa na tabela 19, a balança comercial obteve um grande saldo no ano de 1946, que chegou a quase 500 milhões de dólares. Entretanto, nos dois anos seguintes esses saldos positivos caíram brutalmente como consequência do espetacular crescimento das importações. Este fato se deveu à compra de maquinarias, bens de capital e matérias-primas de origem industrial, impelidas pelo intenso processo de industrialização.

De acordo com Diaz Alejandro (2002), os altos termos de intercâmbio foram reflexo dos altos preços internacionais que possuíram os produtos agrários no período imediato do pós-guerra e possibilitaram a manutenção de um valor considerável no total de exportações, apesar de o volume ter sido reduzido no decorrer dos três anos.

Um dos aspectos mais importantes da balança comercial foi o aumento das importações de origem estadunidenses no período 1946-1948. As transações entre os dois países criavam um grande déficit bilateral argentino. Esse déficit teve influência direta na queda de reservas argentinas a partir de 1949.

A grande redução nas divisas argentinas se observa na tabela 20, visto que passaram de US\$ 596,3 milhões em 1946 para US\$ 182,2 milhões em 1951, apresentando valor negativo em 1955 de US\$ 175,3 milhões.

**Tabela 20 - Reservas internacionais argentinas (em milhões de dólares)**

Ano	Ouro	Divisas
1946	1.090,3	596,3
1947	337,9	852,2
1948	142,6	531,0
1949	210,3	313,6
1950	210,3	480,2
1951	266,7	182,2
1952	286,7	-6,0
1953	371,5	102,1
1954	371,5	86,2
1955	371,5	-175,3

Fonte: Rapoport (2000, p.421)

A chamada etapa “clássica” do peronismo abarcou um lapso de tempo de apenas três anos, entre 1946 e 1948. Já em 1949, a economia entrou em crise, principalmente devido à queda nos preços de intercâmbio argentino, enfraquecendo os mecanismos de sustentação do primeiro plano quinquenal, que apoiava a industrialização e se viu prejudicado pelos problemas de déficit na balança comercial e o esquema de distribuição enfrentou o problema da elevação dos preços.

De acordo com Ferrer (2006), a melhoria no padrão de vida da população, o aumento do salário real dos trabalhadores e a nacionalização das ferrovias e outros serviços públicos provocaram uma forte queda nas reservas internacionais do país. Para Fausto & Devoto (2005), as divisas foram fortemente reduzidas também como consequência da compra de máquinas e equipamentos utilizados para a aceleração do processo de industrialização.

Para Diaz Alejandro (2002), com a diminuição das exportações do país a partir de 1949, houve um grande estrangulamento de divisas, pois a substituição de importações nos três anos anteriores não deixou quantidade suficiente requeridas para a economia argentina continuar crescente a altas taxas.

Em 1949, pela primeira vez no governo, houve déficit na balança comercial e foi um valor significativo de mais de 130 milhões de dólares, em grande parte responsabilidade das transações com os Estados Unidos. Isso fez com que importações provenientes deste país fossem reduzidas substancialmente.

Em 1950, houve uma recuperação do saldo comercial, que mostrou no biênio 1951-52 reduções ainda maiores que em 1949. Essas reduções se deveram principalmente a uma queda considerável do volume de exportações.

Após o governo peronista cumprir a fase expansionista da sua política em 1949, que se apoiou no crescimento da demanda global, na redistribuição da renda, na consolidação do poder sindical e na ampliação da área de controle do setor público, esgotou-se a fase clássica do processo de substituição de importações. (Fausto & Devoto, 2005)

Até o início da década de 1950, o governo manteve sua política expansionista, fiscal e salarial expansionistas. A pressão da demanda global sobre uma quantidade pequena de recursos e serviços acelerou a pressão inflacionária (Diaz Alejandro, 2002). Em 1952, os bens e serviços disponíveis eram 6% inferiores aos de 1948, enquanto a renda monetária cresceria enormemente entre esses anos. O índice do custo de vida registrou um aumento de 37% e o de preços no atacado 48% (Ferrer, 2006).

De acordo com Ferrer (2006), a severa seca do biênio 1951-1952 gerou uma queda drástica da produção agropecuária e dos saldos exportáveis e aprofundou ainda mais o estancamento de longo prazo do setor rural.

A situação econômica no início de 1952 era bastante crítica. As reservas cambiais tornaram-se escassas e os saldos exportáveis eram insuficientes. Além disso, havia a necessidade de importação de bens industriais, que era dificultada devido à baixa dos preços dos produtos agropecuários, fato que produzia uma séria deterioração dos termos de intercâmbio, os quais eram 20% menores no período 1950-54 se comparado a 1945-49. (Rapoport, 2000)

Após sua reeleição em 1952, Perón conseguiu implantar medidas que, apesar de impopulares, visavam combater a inflação e os déficits nas contas externas. Dessa forma, o plano econômico de 1952 resultou na redução dos gastos do governo em mais de 20% e na adoção de uma política monetária restritiva. A moeda foi desvalorizada e o governo introduziu um reajuste nas tarifas dos serviços públicos. (Diaz Alejandro, 2002)

O novo programa econômico era constituído por uma severa política de renda, com a criação de uma comissão nacional de preços e salários, a negociação de convênios trabalhista a cada dois anos, ao invés de anuais, e a manutenção de um controle rigoroso de preços. Essa

política evitou quedas consideráveis dos salários reais e manteve a participação dos trabalhadores na renda nacional. (Ferrer, 2006)

A estratégia para enfrentar o estrangulamento externo estava apoiada sobre duas bases. Uma era provocar o aumento da produção agropecuária através de melhorias dos preços relativos do setor rural e a outra era a promoção da entrada de investimentos e empréstimos do exterior. A política em relação ao capital estrangeiro se articulou pela adoção de uma lei, que aumentou o limite permitido de reservas ao exterior. (Ferrer, 2006)

Com relação ao primeiro ponto da estratégia, a nova política de preços relativos ao setor agrícola não obteve resultados satisfatórios. Não obstante, a segunda base obteve relativo êxito, principalmente devido à entrada de capitais estadunidenses, essencialmente empréstimos oriundos do *Eximbank* visando fortalecer o setor industrial.

Desta forma, o plano de estabilização tornou a inflação controlada, enquanto que em relação às contas externas o problema foi resolvido apenas temporariamente, já que depois de grandes déficits nos anos 1951 e 1952, essas contas se tornaram superavitárias em 1953 e 1954, mas voltaram a apresentar déficits já em 1955. (Rapoport, 2000)

### 3.4 QUEDA DE PERÓN

Desde os últimos meses de 1954, havia surgido um conflito com a Igreja, principalmente devido à investida mais ativa do peronismo na organização dos estudantes secundários e ao controle doutrinário no que se refere à rede de escolas católicas.

Incentivado pelos setores anticlericais do seu governo, Perón lançou um forte ataque contra a Igreja Católica em novembro de 1954, acusando a Ação Católica como uma organização nacional inimiga do peronismo e incriminando alguns sacerdotes. Os representantes católicos responderam com uma enorme manifestação no início de dezembro. Após o ocorrido, o governo fechou o principal jornal católico e aprovou a lei do divórcio. (Fausto & Devoto, 2005)

De acordo com Romero (2005), esse confronto entre peronistas e a Igreja mostrou ter efeitos junto às Forças Armadas, devido à ascendência ideológica direta da Igreja sobre os militares, principalmente no Exército, mas também sobre muitos nacionalistas católicos, extremamente influentes nas Forças Armadas.

O confronto acabou por afastar o peronismo das classes médias urbanas, das quais provinha grande parte dos oficiais, fato que aumentou a pressão sobre eles. A Marinha que sempre foi contra o governo, adotou uma posição de completa hostilidade aos governantes. (Rapoport, 2000)

O governo agia através de vigilância policial e controlando os altos comandos e valendo-se do apoio quase total das baixas patentes. Contudo, isso não foi suficiente e as revoltas continuaram até meados de 1955 (Fausto & Devoto, 2005). Consciente da persistência da situação adversa, Perón, pressionado pelo Exército, tentou uma política de conciliação. Entretanto o chamado para pacificação foi rechaçado pela oposição que entendeu o gesto conciliatório como um indício da fragilidade do governo. (Rapoport, 2000)

A nova política do fim do governo peronista conseguiu estabilizar o sistema e iniciar uma modesta recuperação. Contudo, para Ferrer (2006), a fratura da densidade nacional era irrecuperável, pois o conflito político se tornou mais forte e o enfrentamento com a Igreja confirmou um cenário insustentável.

A situação econômica era desfavorável e os benefícios gerados aos trabalhadores já não eram realizados na mesma intensidade que nos primeiros anos do governo. O crescimento econômico se reduziu fortemente e os investimentos externos eram escassos, mesmo com o início de uma nova etapa de investimentos estadunidenses a partir de 1954.

Existia uma enorme hostilidade ao peronismo que prevalecia em boa parte dos setores médios e nos partidos de oposição. Entretanto, esses grupos não possuíam força suficiente para conseguirem derrubar Perón da presidência. Portanto, era necessária a colaboração da Igreja e das Forças Armadas, que tinham uma grande representatividade naquele momento. (Fausto & Devoto, 2005)

Em 16 de setembro de 1955, um golpe de Estado denominado *Revolução Libertadora* derrubou Perón do governo e assumiu o poder. Vários fatores contribuíram ao êxito do golpe, mas o principal fator foi a oscilante política do governo peronista desde junho de 1955, orientada a buscar um compromisso entre a oposição política e as classes dominantes, resultando num fracasso. (Rapoport, 2000)

Em 1955, o general Eduardo Lonardi assumiu o governo argentino de maneira provisória com o intuito de restaurar a ordem constitucional. O general era apoiado por líderes da Igreja Católica e por militares de tendência nacionalista e buscou realizar acordos com as principais forças que apoiaram Perón, principalmente os sindicalistas. (Romero, 2005)

Os representantes da Ordem Liberal, que assumiram o governo após Perón, eram favoráveis à democracia e ao liberalismo, visando eliminar os vestígios de um regime que

tinha origem nos autoritarismos do período entre guerras. Para realizar essas mudanças, era necessário modernizar e adequar a economia, transformando o aparato produtivo. (Fausto & Devoto, 2005)

Com a queda de Perón, foi iniciado novamente um período em que se buscava construir a densidade nacional e um projeto viável de desenvolvimento econômico. Quando o governo peronista saiu do poder em 1955, uma quantidade razoável de poder havia se deslocado para os novos setores que apoiavam o regime, principalmente os sindicatos. (Ferrer, 2006)

O golpe refletiu a necessidade dos círculos econômicos dominantes de acentuar a reorientação do rumo econômico adotado pelo governo desde 1952. Deveria haver o favorecimento à entrada irrestrita de investimentos estrangeiros, realizando-se uma abertura do comércio exterior, incorporando o país aos órgãos econômicos multilaterais, além de intensificar a aproximação com os Estados Unidos, iniciado pelo próprio Perón no fim do seu governo. (Rapoport, 2000)

Deveriam ser eliminadas as regulamentações estatais e subordinar a nova base social peronista aos objetivos de novas formas de acumulação. Os setores mais poderosos das classes empresarial industrial e agropecuária duvidavam da disposição do Peronismo em conduzir uma nova fase no desenvolvimento capitalista de acordo com as tendências ditadas pelos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra. Somente a derrubada do governo tornaria possível a viabilização desse novo projeto. (Rapoport, 2000)

Dois meses após assumir o cargo provisório de presidente argentino, Lonardi teve de renunciar e acabou sendo substituído pelo general Pedro Aramburu, que tinha uma relação mais próxima dos setores antiperonistas (Romero, 2005). Aramburu, que governou provisoriamente até 1958, foi o responsável por dissolver o Partido Peronista, o que causou muitas revoltas nos sindicatos. Os peronistas foram afastados da administração pública e das universidades e havia controle rígido nos meios de comunicação para não se manifestarem. Isso fez com que a Constituição de 1949 fosse revogada através de decreto. (Souza, 2008)

Foi durante o seu governo de Aramburu que foi criada a Comissão Nacional de Investigação e a partir de então foi intensificada a chamada “desperonização”, ou seja, a perseguição a todos que simpatizavam com as idéias de Perón. No plano político-administrativo, iniciou-se uma política de desestatização e de favorecimentos aos interesses privados. (Rapoport, 2000)

Em 1956, a Argentina aderiu ao Acordo de *Bretton Woods*, passando a ter acesso ao FMI. Também foi substituída a política de acordos bilaterais pela participação multilateral de

comércio. Foi reaberta a dependência a empréstimos internacionais, que tinham a função de financiar a infra-estrutura e compensar os desequilíbrios comerciais.

Após a queda de Perón, o radicalismo argentino se dividiu em dois grupos: os que seguiam Ricardo Balbín e se identificavam com o governo libertador; e Arturo Frondizi e seus seguidores, que optaram pela linha de aproximação com o peronismo, com base no tradicional programa nacional e popular do radicalismo. (Romero, 2005)

Em 1957, numa situação de muitas dificuldades econômicas, o governo provisório começou a organizar sua retirada e a cumprir o compromisso de restabelecer a democracia. Nesse ano, foi convocada uma Assembléia Constituinte como passo anterior às eleições nacionais para a eleição do novo presidente. (Romero, 2005)

A eleição presidencial foi marcada para fevereiro de 1958 e foi vencida por Arturo Frondizi – representante da *Unión Cívica Radical Intransigente* -, que derrotou Ricardo Balbín – integrante da *Unión Cívica Radical del Pueblo*. Para a vitória de Frondizi, foi importante a participação dos votos peronistas, resultado de um acordo entre Perón e o atual presidente. Apesar do apoio peronista, Aramburu não contestou a posse do novo presidente, que assumiu o cargo sem maiores questionamentos.

#### **4 O GOVERNO FRONDIZI (1958-1962)**

Fronidzi surgiu como um intelectual progressista, proveniente da esquerda da UCR e era um político opositor aos conservadores, aos militares, ao peronismo e à direita de seu próprio partido. Presidiu o governo entre maio de 1958 e março de 1962 e era favorável ao nacionalismo econômico e progressismo e defendia a anistia dos presos políticos.

O desenvolvimento argentino identificava um bloco social que buscava a promoção do progresso, integrado pelos empresários industriais, os trabalhadores, parte dos intelectuais, a Igreja e o Exército. Contrário a esse bloco, existia outro composto pelo setor latifundiário e incluía a maior parte dos grupos relacionados à Argentina agroexportadora, considerados por eles responsáveis pelo subdesenvolvimento argentino. (Caraballo et al., 1998)

Logo ao assumir o governo, para Fausto & Devoto (2005), Frondizi teve de enfrentar a hostilidade de setores militares que se mostravam contrários à nomeação de alguns ministros, por os considerarem comunistas. O seu temor em relação aos militares ficou evidente na tímida reabertura política, restrita a uma anistia geral e à devolução aos peronistas de alguns sindicatos sob intervenção, mantendo-se a proibição do partido peronista.

A estratégia do novo governo era baseada na idéia de que não poderia se esperar um novo crescimento do setor agropecuário e também que o país tinha que tomar uma nova diretriz de um desenvolvimento industrial integrado, com base no processo de substituição de importações. Souza (2008) destaca que a proposta desenvolvimentista do novo presidente combinava a ação do Estado e a presença de capital estrangeiro.

De acordo com Romero (2005), a retórica do novo presidente incorporava o tema novo do desenvolvimento, associado aos investimentos estrangeiros, e o unia à condenação do velho imperialismo britânico. Todas as forças do país moderno foram convocadas a se unir em oposição aos interesses locais e externos forjados na fase agroexportadora.

Fronidzi implementou um programa econômico desenvolvimentista, que seria responsável por retirar o país de um período de estagnação econômica em que se encontrava desde o começo da década de 1950. Tal programa privilegiou investimentos do Estado na indústria de base e petroquímica, além do setor de transportes. (Souza, 2008)

Além de traçar o projeto de um país em crescimento e sem conflitos, a retórica utilizada servia para justificar as manobras táticas arriscadas pelo presidente. Dessa maneira, eram legitimadas as equipes técnicas encabeçadas por Rogelio Frigelio – representante da



burguesia nacional -, assim como o pacto com Perón e o acordo com os sindicatos. A confiança na eficiência desse programa justificava as concessões à Igreja – no campo do ensino – e aos militares em questões de menor importância.

#### 4.1 POLÍTICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTISMO

Em 1956, Frondizi, Frigelio e seus colegas políticos realizaram um diagnóstico que caracterizava a Argentina com um país subdesenvolvido e desintegrado, e, portanto, se fazia necessário que se revertesse essa situação. A partir daí, o grupo liderado por Frondizi recebeu a denominação de “desenvolvimentista”. Para Rapoport (2000), o subdesenvolvimento era caracterizado como a incapacidade de se obter a expansão auto-sustentada das forças produtivas com um ritmo suficiente para eliminar a brecha existente frente aos países considerados desenvolvidos.

Para Fonseca (2004, p.15), o desenvolvimentismo deve ser entendido “como uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país”. Desse modo, para o autor, o desenvolvimento se torna o principal objetivo do Estado, que coloca todos os instrumentos e meios para a consecução do crescimento da economia.

Ao iniciar o governo, Frondizi não apenas encontrou uma economia com graves problemas estruturais, mas também com uma conjuntura complicada. Conforme Acotto & Giugliano (2000), o comércio exterior havia alcançado um déficit elevado e as reservas internacionais do Banco Central argentino se reduziram fortemente, além de uma considerável parcela já se encontrar comprometida para o pagamento dos próximos vencimentos de créditos externos. Esse panorama econômico demonstrava sérias dificuldades para importar, que piorava com a diminuição do estoque de gado. A inflação aparecia como um novo problema devido ao déficit fiscal crescente.

Frondizi buscou propiciar um novo equilíbrio nas relações entre a Argentina e os Estados Unidos e também reforçar a identidade latino-americana no discurso diplomático para dissipar as desconfianças que tanto comprometiam a sua pretensão de liderança no mundo em desenvolvimento. De acordo com Mattei & Santos Junior (2000), a abertura ao capital norte-americano, a cooperação econômica internacional e a integração das cadeias produtivas na

região estavam na base do projeto desenvolvimentista de corte industrial que a sua equipe deveria implementar.

Para Rapoport (2000), a proposta de desenvolvimento do novo governo levava em consideração três conceitos fundamentais de política econômica. Primeiramente, se fazia uma forte crítica ao liberalismo econômico como forma para se obter o desenvolvimento econômico. Se a debilidade do processo de acumulação provinha da própria estrutura e era ampliada com as características do próprio comércio exterior, uma política liberal poderia contribuir para se melhorar a eficiência, entretanto mantinha os mecanismos que bloqueavam a acumulação. Por esse motivo, o Estado deveria intervir de maneira firme, fixando as prioridades em relação aos setores a desenvolver e estabelecer um conjunto de estímulos, tais como uma forte proteção tributária, um regime de promoção industrial – que utilizava uma política tributária favorável e crédito abundante – e o estímulo à criação de tecnologias aplicadas, incentivando o crescimento dos investimentos e se envolver naqueles ramos os quais o setor privado não poderia oferecer uma resposta considerada satisfatória.

O segundo conceito era a necessidade de acelerar a proposta de desenvolvimento, pois com o passar do tempo a brecha com os países desenvolvidos tenderia a crescer e agravar as dificuldades estruturais, freando paulatinamente a acumulação, aumentando a pobreza e as diferenças regionais.

Por último, a aplicação dessa política desenvolvimentista poderia se realizar de dois modos. O primeiro consistia em potenciar a acumulação das empresas locais com uma severa distribuição regressiva de renda. No segundo, deveria se recorrer maciçamente ao capital estrangeiro. O primeiro modo apresentava alguns problemas na sua execução, já que a contração do consumo poderia desencadear uma crise de superprodução e também a diminuição do nível de vida provocado pela redistribuição de renda geraria muitos problemas sociais, de modo que a política de desenvolvimento somente poderia ser realizada com uma forte repressão que eliminasse por completo a democracia. Por isso, optou-se pelo capital estrangeiro como a única alternativa possível para sustentar o ritmo desejado de expansão das forças produtivas, numa situação de paz social e legalidade.

O presidente reconhecia os problemas que deveriam ser enfrentados, porém revelava que era através do aumento da produção que seriam obtidos o equilíbrio e uma moeda relativamente estável. Também dizia que o crédito somente deveria ser utilizado para o financiamento de investimentos produtivos. De acordo com Ferrer (2006), em relação ao balanço de pagamentos, a única solução efetiva no curto prazo consistia na restrição às importações que não eram essenciais, enquanto que a acumulação de divisas se lograria com a

diminuição da importação de combustíveis através do máximo aproveitamento da produção nacional e da racionalização do consumo interno.

Para Fausto & Devoto (2005), as primeiras atuações do governo objetivavam resolver alguns problemas sociais, enquanto se buscava fechar uma série de acordos para avançar sobre as questões que exigiam ações mais rápidas referentes ao aparato produtivo. Dessa maneira, se aprovou a Lei de Associações Profissionais, que reconhecia somente a maior organização de cada setor de atividade e foi sancionado o Estatuto do Docente, que era responsável por regular um aumento dos salários.

Na Argentina, a questão do consumo interno era considerada mais relevante do que o crescimento econômico, devido a razões sociais e políticas. Para isso, foi decretado um aumento de 60% dos salários básicos, que estavam congelados desde 1956, como parte de uma política que visava o incremento do consumo, mas, sobretudo, no intuito de cumprir as promessas eleitorais feitas a Perón e as peronistas e aumentar sua popularidade. (Fausto & Devoto, 2005)

Ainda no início do seu governo, Frondizi anunciou a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro. Para Fausto & Devoto (2005), esse fato causou uma polêmica muito forte e conturbou ainda mais o clima que já era tenso, pois a iniciativa da medida ocorreu por meio de decretos presidenciais e não passou pela aprovação do Congresso Nacional. Ademais, outro conflito do início do novo governo foi criado pela autorização do funcionamento das universidades privadas. Essa última atitude era uma tentativa de liquidar a dívida eleitoral com seus aliados da Igreja católica, o que gerou um clima de animosidade em todo o campo das forças políticas denominadas progressistas que o apoiava.

Conforme a concepção teórica desenvolvimentista, a indústria chave por excelência era a siderúrgica. Entretanto, a situação da Argentina exigia o afastamento desse caminho proposto, visto que o déficit energético condicionava qualquer estratégia que não o levava em consideração. Desde 1957, o setor de energia era representado principalmente pela combustão de derivados do petróleo, mineral que era consumido quase 14 milhões de m<sup>3</sup> por ano e era extraído localmente apenas 4 milhões. A importação de petróleo representava quase 25% das compras externas totais, totalizando cerca de 350 milhões de dólares, quantia que superava o déficit comercial do país.

Para Fausto & Devoto (2005), a política econômica de Frondizi mostrou a possibilidade de acelerado lançamento de uma política agressiva de investimentos orientada para a expansão da capacidade produtiva em setores considerados essenciais, como combustíveis e indústrias dinâmicas.

De acordo com Rapoport (2000), qualquer esforço em direção ao crescimento econômico supunha aumentar o consumo de energia, fato que elevava a demanda por importações e dificultava ainda mais o já problemático equilíbrio das contas externas. O governo então tinha como objetivo principal obter o auto-abastecimento do petróleo, que parecia ser uma condição imprescindível para o desenvolvimento econômico do país.

Contudo, o avanço na extração local do petróleo não era uma tarefa fácil, pois o país não possuía recursos e equipamentos suficientes para incrementar substancialmente a produção no curto prazo. De fato, nos anos anteriores, o crescimento de sua produção havia sido menor que o aumento do consumo, de modo que a brecha a cobrir com importações havia crescido enormemente. (Acotto & Giugliano, 2000)

A falta de recursos podia ser superada com o capital estrangeiro, sendo considerada uma questão contraditória de Frondizi. Em 1954, ele havia criticado duramente o contrato que Perón havia estabelecido com a empresa estadunidense *Standart Oil*, mostrando-se ser contra o capital estrangeiro no país. Contudo, começou a mudar seu ponto de vista a partir de sua campanha eleitoral, evidenciando que sem a ajuda de investimentos estrangeiros seria impossível resolver o problema do petróleo, posição que gerou muita antipatia dos setores esquerdistas e da direita nacionalista. De acordo com Ferrer (2006), apesar dos protestos desses grupos políticos, o presidente manteve sua posição e encarregou o Secretário de Relações Econômicas e Sociais Rogelio Frigerio o projeto de uma política petroleira em que os capitais privados possuíam participação relevante.

A chamada “batalha do petróleo” foi iniciada com a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos e a renegociação dos contratos de importação assinados durante a Revolução Libertadora, obtendo uma diminuição de 5 dólares por m<sup>3</sup> de parte da *British Petroleum*. De acordo com Romero (2005), o auto-abastecimento do petróleo era uma pré-condição para a adoção política de desenvolvimento. No mesmo ano se lançou a “batalha do aço”, demonstrando que o aço também era um produto muito importante para a política desenvolvimentista.

Na política econômica de Frondizi, as exportações não tinham um papel de extrema importância. Como elas foram dificultadas pela deterioração dos termos de troca e pelo controle estrangeiro dos mercados exportadores, empobreciam o país ao transferir renda dos produtos argentinos aos importadores do exterior. De acordo com Souza (2008), o financiamento da expansão da capacidade produtiva foi efetuado pela entrada maciça de capital estrangeiro e pelo aumento da taxa interna de poupança, através da transferência de renda dos setores populares às classes de rendimentos mais elevados da população.

As estruturas econômicas do país não permitiam uma alta taxa de acumulação de capital, que se agravava pela deterioração constante dos termos de intercâmbio, originada no baixo valor agregado das exportações comparado ao das importações. Dessa maneira, esse fato criava uma transferência de valor gerado internamente em direção ao exterior, enfraquecendo a acumulação interna, enquanto a acumulação externa se fortalecia no exterior. (Rapoport, 2000)

O governo de Frondizi introduziu mudanças severas na política econômica e uma nova estratégia para combater o estrangulamento do balanço de pagamentos. Conforme Ferrer (2006), o que o novo governo entendia era de que os déficits no balanço de pagamentos eram decorrentes do subdesenvolvimento das indústrias básicas e da dependência das importações de materiais industriais essenciais, como o aço e os produtos químicos.

O crescimento industrial das últimas décadas havia tido importante contribuição para o agravamento do problema. Dado que seu epicentro estava nas indústrias leves, havia a necessidade de importar bens de capital, insumos intermediários e combustíveis.

Segundo Rapoport (2000), a crescente transferência de valor através da deterioração dos meios de intercâmbio era considerada a causa da inflação e do persistente déficit comercial que afetam a Argentina e não poderiam ser eliminados se não houvesse uma política desenvolvimentista. Dessa maneira, se desqualificavam aqueles planos que propunham que primeiramente se realizasse uma estabilização para depois se iniciar uma política de crescimento. Quando atacasse suas causas, seria impossível obter a estabilização e o crescimento econômico seria adiado.

Apesar de a industrialização ser vista como a solução do problema do subdesenvolvimento, além de causadora do estancamento do setor agrícola, originado na baixa disponibilidade de bens de capital e de produtos agroquímicos os quais o país não produzia, aquela deveria tomar o caminho inverso ao seguido até então, iniciando por fomentar as indústrias básicas, como a petroquímica, a metal-mecânica, a automotriz, a siderúrgica, a de maquinarias e a geradora de energia. (Diaz Alejandro, 2002)

Para Fausto & Devoto (2005), para o projeto desenvolvimentista ser concretizado, era necessário haver um incentivo planejado pelo Estado e uma renovação técnica e científica. Para tanto, foram criados o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária e o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial. Um conjunto de instituições deveria criar condições para a promoção da ciência, da técnica e do investimento público.

O essencial da política econômica foi marcado pelas leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, sancionadas em 1958. As novas leis garantiam aos

investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros e para a repatriação do capital. De acordo com Romero (2005), foi estabelecido um regime diferenciado para investimentos em setores considerados essenciais para a nova etapa de desenvolvimento, nos quais se encontravam o siderúrgico, o petroquímico, o de celulose, o automotor, o energético e o petrolífero. Os setores escolhidos eram apontados como o maior gargalo do crescimento industrial. Houve um tratamento preferencial em questões de direitos aduaneiros, créditos, impostos, fornecimento de energia e compras do Estado, como também na proteção tarifária do mercado local.

De acordo com Gerchunoff & Llach (2003), o governo também se empenhou na construção de obras públicas e em outras metas que diziam respeito à construção de uma ampla rede de estradas, ao mesmo tempo em que seria estimulada a produção nacional de automóveis e caminhões. O que se buscava com o desenvolvimento do setor de transportes era a integração regional. Consta que naquela época 50% da população, 70% dos transportes e 80% da atividade industrial nacional estavam situados em um raio de 300 km de Buenos Aires. Para o governo, um mercado unificado proporcionaria uma fonte de demanda consistente para os novos produtos industriais.

Para Frondizi e sua equipe, não se tratava apenas de concretizar este conjunto de prioridades, mas também de executá-los em um curto período de tempo e em todas as suas partes. Assim, para conseguir o capital necessário para extrair petróleo, construir pontes e estradas, aumentar a produção de aço, estabelecer indústrias químicas e de celulose e obter ferro e carvão, foi imprescindível um massivo aporte de capital externo. Desta forma, o recurso aos investimentos estrangeiros se tornou a base de sustentação do projeto desenvolvimentista argentino. (Gerchunoff & Llach, 2003)

## 4.2 INDÚSTRIA

Para Diaz Alejandro (2002), a proposta desenvolvimentista do governo Frondizi pressupunha que o desenvolvimento econômico estava ligado ao desenvolvimento industrial, tendo em vista que a Argentina se caracterizava por ter realizado uma parte deste processo. Porém, a concentração da substituição de importações nas indústrias leves criou uma assimetria na estrutura industrial que estava comprometendo as possibilidades de progresso do país. Dessa forma, segundo Furtado (2007), para se alcançar uma economia industrial integrada foi estabelecida uma série de prioridades. Primeiramente, foi ampliada a produção

de petróleo e de gás natural com o objetivo de economizar divisas estrangeiras. Em 1955, quase um quinto das importações do país eram constituídas por importações de combustíveis.

Em seguida, na lista de prioridades, estava a siderurgia, cujo desenvolvimento dependia das explorações das reservas de carvão e de ferro. Ademais, o plano desenvolvimentista previa uma solução permanente para o problema da provisão de energia elétrica e o desenvolvimento das indústrias de cimento, papel, maquinarias e equipamentos industriais.

Para os desenvolvimentistas, não era possível produzir um desenvolvimento industrial espontâneo, já que os custos iniciais de novos empreendimentos, a necessidade de uma etapa de aprendizagem e os interesses vinculados à importação desses bens comprometiam esse processo (Rapoport, 2000). Por isso, foram estabelecidos altos tributos aduaneiros e a sanção de uma lei de promoção industrial, que protegiam a produção nacional e estimulavam as exportações de origem industrial. Também se sabia que a acumulação interna era extremamente fraca para sustentar um processo de desenvolvimento e, portanto, era necessário o estímulo à entrada de capitais externos.

Segundo Rapoport (2000), a expansão das empresas transnacionais foi muito importante para a aceleração do crescimento industrial até o início dos anos 1960. Além disso, aos poucos, uma parcela do empresariado nacional também aceitou o desafio de se expandir, lançando novos projetos de investimentos.

Romero (2005) destaca que os resultados da política econômica foram muito interessantes: os investimentos estrangeiros passaram de aproximadamente 20 milhões de dólares em 1957 para 248 milhões de dólares em 1959 e chegaram a 346 milhões de dólares nos anos seguintes. A auto-suficiência em petróleo quase foi atingida e a produção de aço e de veículos automotores cresceu de forma espetacular.

A partir de 1958, os ramos industriais que lideravam o crescimento no passado – relacionados aos bens de consumo não-duráveis – sofreram uma estagnação relativa, enquanto que os de produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis adquiriram um grande dinamismo. Obtiveram destaque os setores petroquímico e metal-mecânico.

O desenvolvimento industrial argentino logo assumiu a direção esperada pelo governo Frondizi. Na área energética, a produção anual de petróleo, que era de 5,6 milhões de metros cúbicos, dois anos e meio depois passou a ser de 16 milhões e a economia de divisas obtida representou cerca de 300 milhões de dólares anuais. (Diaz Alejandro, 2002)

**Tabela 21 - Indústrias manufatureiras (volume físico da produção)  
1960=100**

Setor	1955	1958	1961
Alimentos, bebidas e tabaco	93,2	112,9	105,3
Têxteis	99,2	108,6	102,8
Indústrias da madeira	107,4	119,7	118,6
Papel	96,2	133,8	117,9
Indústrias químicas	76,6	96,2	113,3
Indústrias de minerais não metálicos	87,4	107,5	112,3
Indústrias metálicas básicas	73,9	103,3	120,4
Fábricas de produtos metálicos, máquinas e equipamentos	56,8	83,5	113,9
Outras	95,4	103,4	104,1
Total de indústrias manufatureiras	81,1	101,3	110,0

Fonte: Rapoport (2000, p.585)

Similar ao crescimento petrolífero foi o crescimento da siderurgia. O início do funcionamento da usina *SOMISA* fez a produção de aço triplicar. Ademais, também foram iniciadas as explorações de minério de ferro dos reservatórios de *Sierra Grande*, ao mesmo tempo em que a petroquímica se destacou como uma das atividades com os maiores níveis de investimentos estrangeiros. O aumento das construções acompanhado pelo incremento do nível geral de investimentos determinou um importante crescimento da produção de cimento, atingindo a taxa de 32%. (Gerchunoff & Llach, 2003)

Contudo, em nenhuma atividade houve um crescimento tão vertiginoso e desordenado como na indústria automobilística. Segundo Gerchunoff & Llach (2003), cerca de 80% do incremento da produção manufatureira, entre 1958 e 1961, pode ser explicado pela expansão deste ramo industrial. A fabricação de automóveis triplicou em um período de três anos e se mostrou muito atrativa para os investimentos estrangeiros, atraídos pelas vantagens oferecidas pela percepção de que havia uma demanda reprimida disposta a consumir em grandes



quantidades. A indústria automobilística ilustrou como nenhum outro setor o ímpeto progressista e a intenção da industrialização desenvolvimentista.

**Tabela 22 - Produção de veículos automotores (em unidades)**

Automotores	1953	1957	1959	1960	1961	1962
Particulares	897	13.273	24.792	49.519	84.501	93.873
Comerciais	4.407	15.617	7.665	38.743	49.917	34.695
Totais	5.304	28.990	32.457	88.262	134.418	128.568

Fonte: Rapoport (2000, p.586)

Como se observa na tabela 22, a produção de veículos automotores cresceu rapidamente nos anos de governo do presidente Frondizi. Observa-se que a produção nacional passou de 28.990 em 1957 para 134.418 em 1961, apresentando uma pequena redução no ano seguinte. Portanto, houve um crescimento de mais de 400% na sua produção durante esses cinco anos.

Verifica-se que, a partir de 1958, o número de veículos particulares produzidos ultrapassa o de comerciais. Esse fato é uma tendência nos anos posteriores, mostrando uma grande disparidade entre as duas produções em 1962, quando o número de veículos particulares é quase o triplo dos comerciais. Esse fato ocorre devido a uma demanda cada vez maior do público argentino comum por automóveis, que se segue após 1962. Com o passar dos anos, os automóveis eram acessíveis a uma parcela cada vez maior da população, fruto da política industrial desenvolvimentista no período do governo Frondizi.

Portanto, no período de 1958-1962, a liderança do crescimento da indústria recaiu em setores intensivos em capital, com índices elevados de produtividade e com uma maior complexidade tanto do ponto de vista tecnológico como do organizacional. Dessa forma, começaram a ser introduzidas determinadas inovações nos processos produtivos, o uso de técnicas derivadas da organização científica do trabalho e a implantação mais freqüente de cadeias de montagem do tipo fordista.

Apesar das grandes empresas serem as mais dinâmicas no crescimento da produção, seu caráter intensivo em capital conspirava contra um impacto simultâneo de igual magnitude no volume de emprego. Certamente foram criados novos postos de trabalho nas maiores empresas, contudo foi o crescimento do setor de pequenas e médias empresas que apresentavam maior demanda por força laboral. (Rapoport, 2000)

Não obstante, existia um problema para a continuidade do desenvolvimento. A instalação de novas indústrias exigia um substancial crescimento inicial de importações e bens de capital e de alguns insumos, que poderia provocar uma situação crítica no balanço de pagamentos argentino. Desse modo, a concretização dos projetos dependia da disponibilidade de créditos no exterior e de um considerável fluxo de investimentos estrangeiros, que deveriam fornecer divisas suficientes para cobrir o déficit comercial que iria ser produzido. (Diaz Alejandro, 2002)

**Tabela 23 - Taxa de crescimento da indústria (% de variação)**

Ano	Taxa
1958	8,3
1959	-10,2
1960	10,0
1961	10,0
1962	5,5

Fonte: Rapoport (2000, p.589)

A indústria argentina revelou grande crescimento durante os anos do governo Frondizi, exceto no seu segundo ano, no qual apresentou considerável queda, provocada pela adoção de uma política bastante recessiva no mesmo ano. Esse ano de substancial queda (1959) certamente foi o pior e mais conturbado ano para indústria local, que conseguiu se recuperar nos anos subseqüentes. Os anos de 1960 e 1961 foram os que apresentaram maior crescimento, com taxas de 10% ao ano. Em 1962, o crescimento continuou, contudo a uma taxa menor (5,5%).

Apesar de indústria apresentar altas taxas de crescimento durante o período frondizista, a estrutura da indústria nacional continuava mostrando vazios em alguns setores de extrema importância. A matriz de importações refletia um evidente déficit de produtos químicos, plásticos, metalúrgicos e siderúrgicos. Entretanto, as principais deficiências se encontravam no setor de maquinarias, instrumentos e materiais de transporte, que em alguns momentos superaram os 50% do valor das importações. A fragilidade desse ramo condicionava toda a estratégia futura de avançar no processo de industrialização, tornando a Argentina muito dependente dos bens de capital e tecnologia do exterior. Portanto, apesar dos grandes avanços realizados, a industrialização seguia incompleta e desintegrada. (Diaz Alejandro, 2002)

### 4.3 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Da mesma maneira que no primeiro governo de Perón, a administração de Frondizi viu cumprir seus prognósticos de expansão econômica com bastante precisão. Em 1961, o investimento bruto aumentou 66% em relação a 1959; o capital internacional aproveitou o quanto pode as oportunidades oferecidas e, em 1960, os investimentos estrangeiros foram aproximadamente de 322 milhões de dólares, cerca de 30% das exportações argentinas. (Gerchunoff & Llach, 2003)

Contudo, a política desenvolvimentista provocou um grande aumento dos gastos públicos. Houve o aumento dos salários dos trabalhadores e também foi lançado um amplo programa de construção de obras públicas. Já que os últimos meses do governo Aramburu haviam deixado um grande déficit fiscal, esses financiamentos tinham de ser realizados através de expansão da oferta monetária. A grande expansão de moeda fez a economia crescer, mas com isso também apareceu o fenômeno inflacionário, que rapidamente correu os reajustes salariais. (Fausto & Devoto, 2005)

**Tabela 24 - Setor público (em milhões de pesos argentinos)**

Ano	Gasto público	Rendas Nacionais	Déficit fiscal (% do PIB)
1957	27.523,5	27.002,0	3,35
1958	60.907,8	44.418,3	8,08
1959	103.446,3	71.688,2	5,52
1960	109.238,9	94.578,8	2,27
1961	131.973,8	103.722,0	3,96
1962	158.975,2	97.811,5	6,79

Fonte: Rapoport (2000, p.563)

De acordo com a tabela 24, os gastos estatais aumentaram profundamente desde 1957, somente sendo contidos em 1959, com a adoção da política de estabilização. Em 1958, houve um incremento de mais de 100% dos gastos e em 1959 um aumento de mais de 70%, apresentando uma elevação quantitativamente maior se comparada a do ano anterior.

A razão déficit fiscal/PIB também se elevou de 1957 para 1958, conseguindo se recuperar no ano seguinte. Nos dois anos subsequentes, logrou valores próximos a de 1957, mas voltou a apresentar alta substancial em 1962, outro ano de crise governo Frondizi.

A forte expansão monetária efetuada pelo governo gerou uma forte inflação e sérias dificuldades no controle do balanço de pagamentos. No fim de 1958, apenas após oito meses do início do mandato de Frondizi, o país pediu ajuda externa ao FMI e foi lançado um plano de estabilização. De acordo com Romero (2005), foi aplicado um programa ortodoxo de desvalorização, congelamento de salários e eliminação de controles e regulamentações estatais, cujas conseqüências foram uma forte redução de renda dos trabalhadores e um desemprego generalizado.

Essa política era contraditória com a de desenvolvimento inicial, mas acabava complementando e reforçando seus efeitos. De acordo com Fausto & Devoto (2005), o programa contava com recursos do FMI, do Tesouro dos EUA e do Eximbank e promoveu uma substancial mudança do mercado cambial, unificando-o e deixando-o que flutuasse com moderadas intervenções do Banco Central, resultando numa desvalorização do peso argentino de cerca de 60%.

**Tabela 25 - Taxa de inflação (em % de variação)**

Ano	IPC (índice de preços ao consumidor)	Atacadista
1957	24,7	24,1
1958	22,5	31,1
1959	129,5	133,4
1960	27,1	15,7
1961	13,7	8,3
1962	26,1	30,3

Fonte: Rapoport (2000, p.558)

Em meados de 1959, Frondizi tornou o plano ortodoxo ainda mais drástico, com a nomeação de Álvaro Alsogaray para o Ministério da Economia. O novo ministro era um liberal ortodoxo que possuía um bom relacionamento com os militares, fator que era facilitador ao presidente no sentido de desenvolver a política econômica. Alsogaray aprofundou a tendência recessiva do plano, efetuando uma forte contração da oferta monetária através do aumento do depósito compulsório dos bancos e o corte dos gastos públicos, o que

acabou provocando até mesmo atrasos nos pagamentos de fornecedores e funcionários públicos. (Ferrer, 2006)

Como se observa pela tabela 25, a inflação subiu bastante em 1959, atingindo variação de 129,5% no IPC e 133,4% no atacado. A política de estabilização conseguiu reduzi-la no ano seguinte, diminuindo mais ainda em 1961. Contudo, em 1962, com o fim da política de estabilização, o índice de preços chegou a um percentual próximo ao de 1960 (no IPC).

Ademais, as importações também aumentaram bastante, graças à grande demanda de insumos da indústria em expansão, o que reduziu em grande quantidade as reservas internacionais do país. Para a continuidade da política desenvolvimentista, era necessário que houvesse a importação de bens de capital e intermediários, que não poderiam ser produzidos em quantidade suficiente no país.

Para Rapoport (2000), a Argentina estava numa situação muito complicada, onde quase todos perdiam, ainda que em proporções diferentes, sendo os assalariados os mais castigados, sobretudo devido à redução dos seus salários reais. Até mesmo o setor rural, o mais beneficiado pelo plano, não chegou a gerar um incremento considerável nem da produção e nem das exportações.

Em 1959, a crise econômica deixava Frondizi numa situação muito dificultada. Havia uma forte mobilização social e as revoltas populares se multiplicavam. No ano seguinte, o governo implementou um plano contra a agitação social conhecido como *Plano Conintes* (*Conmoción Interna del Estado*), voltado para a repressão das atividades terroristas e afins, mas também daqueles que agissem como instigadores, promotores e cúmplices da subversão da ordem.

De acordo com Diaz Alejandro (2002), a economia já dava sinais de melhora em 1960, com os investimentos estrangeiros sofrendo elevados incrementos. Nesse ano o ministro Algosaray foi substituído por outro também de ideais ortodoxos, Roberto Alemann, que não promoveu mudanças substanciais na política econômica até então exercida.

O desenvolvimentismo argentino resultou basicamente da combinação de investimentos e créditos estrangeiros com políticas monetárias e fiscais ortodoxas, o que implicava a limitação do papel do Estado como dinamizador da economia. O objetivo prioritário era o equilíbrio fiscal, o que implicava uma tendência a reduzir o Estado empreendedor, que fora promovido por Perón nos anos de seu governo. (Acoto & Giugliano, 2000)

No início de 1961, Frondizi encerrou a política de estabilização e adotou uma política social mais flexível e se lançou à árdua tarefa de enfrentar eleitoralmente os peronistas, cuja

proibição não poderia ser mais mantida. A economia começava a desandar, afetada principalmente pela queda dos investimentos externos. (Rapoport, 2000)

No início do governo Frondizi, o déficit da produção petrolífera demonstrava o quadro de dependência externa, já que a produção nacional de combustíveis e de produtos industriais básicos era insuficiente. A composição das importações explicita essa situação de dependência externa. Em 1957, as importações de petróleo ultrapassaram 300 milhões de dólares e representaram quase um quarto. Metade das importações era basicamente composta por produtos siderúrgicos e outros materiais destinados ao abastecimento da indústria manufatureira. O objetivo que era buscado, portanto, era o rápido desenvolvimento das indústrias de base e de petróleo. (Ferrer, 2006)

**Tabela 26 - Composição das importações (% das importações totais)**

Setor	1957	1958	1959	1960	1961
Alimentos, bebidas e tabaco	5,4	6,7	3,4	3,1	3,2
Têxteis	3,7	2,9	4,1	3,1	2,3
Químicos e farmacêuticos	7,3	6,2	7,3	5,0	6,2
Madeira, vidro e cerâmica	8,7	8,6	6,3	4,6	5,9
Ferro	12,4	17,7	19,5	16,3	14,8
Maquinarias	25,6	26,3	26,3	42,8	45,3
Metais, exceto ferro	6,0	4,6	5,2	4,7	5,5
Combustíveis e lubrificantes	24,2	20,4	21,3	12,5	8,9
Borracha	2,1	1,9	2,1	3,5	2,5
Outros	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Rapoport (2000, p.561)

De acordo com a tabela 26, se observa uma grande redução de importações do setor de combustíveis, um dos objetivos do projeto desenvolvimentista. O percentual de importações

do setor caiu de 24,2% em 1957 para 8,9% em 1961, determinado pelo processo de substituição de importações de derivados do petróleo.

O setor de maquinarias se revelou o oposto da situação do petróleo. Para um processo mais avançado de substituição de importações, se exigia uma mudança na composição dos produtos importados, como é o caso dos bens de capital e intermediários. Logo, se verifica que as maquinarias passaram de 24,2% em 1957 para 45,3% em 1961.

**Tabela 27 - Balança comercial (em milhões de dólares) e relação exportações/PIB**

Ano	Importações	Exportações	Saldo comercial	Exportações/PIB
1957	1.310,4	974,8	-335,6	10,0
1958	1.232,6	993,9	-238,7	9,7
1959	993,0	1.009,0	16,0	10,9
1960	1.249,3	1.072,2	-177,1	10,1
1961	1.460,4	964,1	-496,3	8,7
1962	1.356,5	1.216,0	-140,5	12,0

Fonte: Rapoport (2000, p.560)

Em relação à balança comercial, houve déficit comercial em quase todos os anos do governo Frondizi. Somente em 1959, com a presença de uma política fortemente contracionista, foi observado um superávit, da ordem de 16 milhões de dólares. Nesse ano, as importações sofreram uma redução considerável, enquanto as exportações continuaram em valores próximos aos dos dois anos anteriores. A relação exportações/PIB oscilou entre 8,7 e 12,0 no período de 1957 a 1962, demonstrando ser um índice relativamente estável no período.

Esses desequilíbrios comerciais eram atribuídos a problemas estruturais e somente a solução destes podia possibilitar a eliminação daqueles. Se entendia que um plano de desenvolvimento tinha que suportar durante algum tempo relativamente prolongado um considerado déficit comercial, vinculado às importações dos bens de capital e de alguns insumos necessários para promover o desenvolvimento econômico (Acotto & Giugliano, 2000). Visto que se imaginava que a solução do problema externo constituía um assunto de longo prazo, ainda se esperava um agravamento no curto prazo. Por essa razão, o aporte de divisas dos investidores estrangeiros e de empréstimos internacionais possuía extrema importância para o país.

**Tabela 28 - Taxa de crescimento do PIB  
(em % de variação)**

Ano	PIB
1957	5,1
1958	6,1
1959	-6,4
1960	7,8
1961	7,1
1962	-1,6

Fonte: Rapoport (2000, p.559)

O PIB apresentou altas taxas de crescimento em quase todos os anos do governo Frondizi. Apenas em 1959 e 1962 houve decréscimos, sendo que no primeiro foi muito relevante, que confirmou o pior ano da administração frondizista, determinado pela política ortodoxa de 1959. O segundo ano de queda (1962) confirmou outra crise do governo Frondizi, que não suportou mais um ano no poder.

Nos anos que se seguiram após o Peronismo, a economia argentina não apenas se transformou substancialmente, mas, no conjunto, cresceu, apesar de menos que o esperado. No setor industrial, houve o crescimento de setores novos e a retração de alguns tradicionais. Na agricultura, as melhorias tecnológicas foram responsáveis para a produção aumentasse substancialmente. As crises surgiam com regularidade e foram seguidas por políticas econômicas de estabilização. (Romero, 2005)

Os ciclos econômicos durante o processo de industrialização argentino determinavam qual o setor que iria ser mais beneficiado. Quando a economia estava numa fase ascendente, as importações de bens de capital e produtos intermediários eram incrementadas, devido à aceleração do processo produtivo, favorecendo aos industriais. Essa conjuntura gerava déficits na balança comercial, obrigando o governo a realizar política de ajuste, como através da desvalorização da moeda nacional. Isso fazia com que as importações fossem reduzidas, visto que os produtos estrangeiros se tornaram muito “caros”, marcando uma fase descendente da indústria. Assim, as exportações cresciam e poderiam gerar divisas suficientes para uma nova fase de ascensão da indústria. (Rapoport, 2000)



Contudo, as desvalorizações cambiais não apresentavam um resultado muito satisfatório, porque após a Segunda Guerra Mundial, a demanda por produtos agropecuários havia deixado de ter um caráter expansivo com conseqüência das políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Isso explica a notável redução da participação argentina no comércio mundial entre as décadas de 1940 e 1960. A evolução da participação dos três principais produtos exportados argentinos – carne de gado, trigo e milho -, que nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial era de 55%, 26% e 60% respectivamente, nos anos iniciais da década de 1960 passou a ser 30%, 10% e 20% do comércio mundial total.

Os novos setores industriais, como petróleo, aço, celulose, produtos petroquímicos e veículos automotores cresceram aceleradamente, devido a incentivos e aproveitando a existência de uma demanda insatisfeita e crescente. Já os setores que lideraram o crescimento no período peronista, como o têxtil e o de eletrodomésticos, se estagnaram ou até mesmo encolheram, pois o seu mercado já estava saturado. Houve também a concentração da indústria, mudando a estrutura relativamente dispersa herdada da etapa peronista. (Gerchunoff & Llach, 2003)

Portanto, para Ferrer (2006), foi criada uma divisão entre um setor moderno e eficiente da economia em expansão crescente, ligado ao investimento ou ao consumo dos setores de maior capacidade, e outro tradicional, vinculado ao consumo de massa, que se estagnava.

Apesar do governo Frondizi não ter conseguido resolver os problemas mais sérios da economia Argentina, conseguiu superar o permanente déficit energético do país, além de fabricar um processo de capitalização, modernização e concentração em vários setores industriais. Isso se revelou de profunda importância para a continuidade do desenvolvimento econômico e social argentino nos anos seguintes, deixando uma herança que seria de extrema utilidade.

Sobre a dinâmica populacional, as migrações externas tiveram pouca representatividade em relação ao aumento da população argentina, apresentando uma tendência declinante já a partir de 1950. A partir de 1960, a presença de imigrantes dentro da população total experimentou uma notável redução. Também houve uma mudança na composição em relação à origem dos imigrantes, que passaram a ser em grande percentual provenientes de países vizinhos.

**Tabela 29 - Saldos imigratórios de países limítrofes na Argentina**

Anos	Saldo
1955-58	38.000
1959	14.000
1960-61	49.000
1962-63	25.000

Fonte: Rapoport (2000, p.575)

Os fluxos migratórios dos países limítrofes foram influenciados por fatores de expulsão e de atração. De acordo com Rapoport (2000), os excedentes de força de trabalho rural, a instabilidade sócio-política e a falta de oportunidades constituíram alguns dos motivos de expulsão desses países. Por outro lado, nos anos de recessão econômica, como em 1959 e 1962, havia uma atração de migrantes para esses países, ou seja, muitos habitantes saíam da Argentina em busca de melhores oportunidades em outros países.

Pelo contrário, durante o período frondizista, se intensificaram as migrações internas no país, provocadas pela modernização econômica. Houve uma forte migração do campo para a cidade, tendência já iniciada a partir da década de 1940. O emprego industrial, que tinha sido o grande motor durante a década peronista, se estagnou e inclusive retrocedeu, e seu lugar foi ocupado pela construção. Os migrantes eram motivados principalmente pela possibilidade de terem melhor qualidade de vida no mundo urbano, além, é claro, dos melhores empregos disponibilizados pelas cidades. Isso gerou uma nova marginalidade: muitas favelas surgiram nas grandes cidades e periferias. (Romero, 2005)

Com a introdução de tecnologias intensiva em capital, ocorreu uma queda da ocupação e uma deterioração salarial. Entre 1956 e 1959 os salários reais decresceram mais de 30%, em grande parte provocada pela política extremamente recessiva de 1959. Já em 1960, houve uma tendência ascendente, que se confirmou no governo do presidente Illia, que assumiu o cargo de presidente em 1962, após a queda de Frondizi.

**Tabela 30 - Evolução dos salários reais (média geral) – 1960=100**

Ano	Média geral
1955	112,1
1956	130,6
1957	115,9
1958	124,1
1959	99,3
1960	100,0
1961	108,2
1962	105,6

Fonte: Rapoport (2000, p.578)

Em relação à participação dos trabalhadores na renda nacional, houve uma recuperação parcial a partir da política de estabilização de 1959, voltando a crescer em 1961, atingindo 42,4%. Esse valor que em 1955 era de 49,8%, tinha sido reduzido consideravelmente até 1960, chegando a 39%.

Durante a década de 1960 se confirmou uma tendência, perceptível desde meados da década de 1940, que marcava uma diminuição dos gastos básicos da população urbana – moradia e alimentação. Houve um incremento do consumo considerado excedente, ou seja, compra de bens duráveis e de serviços de saúde e educação, principalmente os bens gerados pela nova fase de industrialização.

A política frondizista de desnacionalização da economia com o incentivo aos investimentos de capitais estrangeiros concorreu para que em 1962, sendo taxado de antinacionalista, em virtude das concessões dadas ao capital estrangeiro e de empréstimos junto ao Banco Mundial e também taxado de antipopular, ele fosse deposto através de mais um Golpe Militar.

A situação se complicou quando os militares começaram a perceber tendências esquerdistas em Frondizi e sua equipe. O encontro do presidente com Ernesto Che Guevara foi o ponto decisivo para que as Forças Armadas aumentassem as pressões sobre seu governo. Junto a esse fato, o apoio peronista ao governo foi se reduzindo ao longo de seu mandato. Dessa maneira, depois de seguidas crises políticas, as forças armadas novamente interferiram no processo democrático argentino e depuseram Frondizi em 1962.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo quando Perón assumiu o poder, encontrou um país em boas condições financeiras, com uma relação próspera com o exterior, evidenciada pela grande quantidade de reservas acumuladas no período da Segunda Guerra Mundial. Essa situação favorável permitiu a realização de grandes investimentos no setor industrial pelo Estado. A política do governo peronista foi financiada pela queima dessas reservas, que foram diminuídas substancialmente ao longo dos anos de governo. Isso prejudicou extremamente o país, que com a redução de reservas não conseguia realizar os gastos e investimentos que a economia argentina necessitava.

Foi durante o governo Perón que pela primeira vez surgiu um planejamento estatal considerado favorável à industrialização do país, já que o novo presidente acreditava muito nos benefícios que o processo poderia criar. Para o governo, esse processo deveria basear-se no mercado interno, visto que naquele momento o país era extremamente dependente do mercado internacional. Portanto, se buscava reduzir a dependência externa do país.

Ademais, o Estado peronista buscou realizar melhorias na qualidade de vida da população argentina. No período em que esteve no comando da presidência, os salários sofreram incrementos, a saúde pública evoluiu consideravelmente, foram criados alguns projetos de habitação e construídas escolas primárias e secundárias, além da organização do sistema de aposentadoria.

Entretanto, a questão do crescimento econômico não foi satisfatória, já que a economia argentina apresentou altas taxas somente nos primeiros anos, devido à situação externa amplamente favorável. Nos anos seguintes, as reservas internacionais se tornavam escassas e o crescimento decaiu bastante em relação aos anos anteriores. Com as reservas reduzidas, o governo não conseguiu realizar investimentos e melhorias na qualidade de vida da população em quantidades suficientes.

Perón pôs em prática suas idéias para desenvolvimento sócio-econômico argentino em dois planos quinquenais. O primeiro foi colocado em vigência em 1947 e visava a expansão industrial e a diminuição da vulnerabilidade externa do país, além de ser realizada a nacionalização de muitos serviços públicos, como os sistemas de telefonia e de transportes. Também se criaram maiores empregos e foi implantado um salário mínimo, além da extensão de muitos benefícios sociais.

O Segundo Plano Quinquenal foi colocado em vigência em 1952, após a reeleição de Perón. Esse plano propunha que fosse seguida a política de substituição de importações, contudo com maior ênfase na indústria pesada e não mais nos bens de consumo duráveis. Ademais, foi dada uma maior importância às empresas privadas, que passaram a possuir incentivos para participar do processo produtivo argentino.

O resultado da política econômica peronista revelou um aumento relevante dos gastos estatais, gerados principalmente pelos benefícios dados à população e pela política de nacionalização de empresas. Essa situação exigiu uma política de corte de gastos, que conseguiu relativo êxito, evidenciado através da obtenção da diminuição da razão déficit público/PIB.

Já Frondizi implementou um programa econômico desenvolvimentista, que tinha a incumbência de retirar o país de uma situação de dificuldades econômicas em que se encontrava desde o início dos anos 1950. Esse programa privilegiou investimentos do Estado na indústria de base e petroquímica, além do setor de transportes. Foram sancionadas as leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, garantindo aos investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros e para a repatriação do capital.

No início do governo Frondizi, as reservas internacionais eram muito reduzidas, além de uma substancial parte já estar comprometida para o pagamento dos vencimentos vindouros de empréstimos externos. Esse panorama econômico revelava sérias dificuldades para importar, que comprometia o processo desenvolvimentista. Dessa forma, o capital estrangeiro teve papel fundamental na promoção do desenvolvimento e modernização do setor industrial argentino.

Além disso, nos últimos anos da década de 1950, havia uma enorme dependência externa argentina em relação ao petróleo, já que a produção nacional de combustíveis e de produtos industriais básicos não era satisfatória. Frondizi anunciou a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro, no intuito de diminuir essa dependência. Houve um grande incremento na produção petroleira nos anos de seu governo. O setor siderúrgico também logrou um grande crescimento, assim como a indústria automobilística, que foi o mais destacado.

O governo Frondizi teve muitos méritos em conseguir superar o déficit energético do país, além de realizar um processo modernização e incremento da indústria. A sua política desenvolvimentista permitiu que Argentina pudesse lograr altos níveis de desenvolvimento econômico nas décadas de 1960 e 1970, devido à capacidade ociosa produtiva deixada pelo seu governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOTTO, Ana I. López & GIUGLIANO, Alfredo A. *El proyecto modernizador en Argentina y Brasil e los años cincuenta. Un estudio comparado*. Revista América Latina Hoy, diciembre, número 11-12, pp. 131-138. Universidad de Salamanca, España, 2000.

BULLMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.

BUSSOLA, Diego. *As empresas de serviços públicos na Argentina (1800-2000)*. Revista Análise Social vol. XLIII (4º), nº 189, outubro de 2008. pp. 721-747.

CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos avanços e recuos*. Revista Brasileira de Política Internacional, janeiro-junho, vol. 48, num 001, pp. 179-213. Brasília, 2005.

CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemi & GARULLI, Liliana. *Documentos de Historia Argentina: 1955-1976*. Buenos Aires, Eudeba, 1998.

CORTÉS CONDE, Roberto. *Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial – (1850-1930)*. Buenos Aires, Paidós, 1974.

CORTÉS CONDE, Roberto. *La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX e XX)*. Buenos Aires, Sudamericana, 1997.

CORTÉS CONDE, Roberto. *Problemas del crecimiento industrial de la Argentina (1870-1914)*. Revista Desarrollo Económico vol III nº 1-2, 1963.

DIAZ ALEJANDRO, Carlos. *Ensayos sobre Historia Económica Argentina*. Buenos Aires, Amorrortu, 2004.

DIRIÉ, Cristina. *El Estado intervencionista en la Argentina*. 1981. Disponible en <http://www.amersur.org.ar>.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1885-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A Economia Argentina: de Suas Origens Até o Início do Século XXI*. São Paulo, Campus, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República*. Apresentação de Trabalho na ANPEC, pp.1-17, 2004.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana - Formação Histórica e Problemas Contemporâneos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GERCHUNOFF, Pablo & LLAACH, Lucas. *El ciclo de la ilusión y del desencanto*. Buenos Aires: Ariel, 2003.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *Historia Contemporanea de América Latina*. Buenos Aires, Anaya, 2005.

HAINES, Andrés Ferrari. *O Peronismo: Um fenômeno argentino. Uma interpretação da política econômica argentina 1946-1955*. Tese de Doutorado em Economia do Desenvolvimento – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

LENZ, Maria Heloisa. *Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

MATTEI, Lauro & SANTOS JUNIOR, José Aldoril dos. *Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada*. 2000. Disponível em [www.sep.gov.br](http://www.sep.gov.br).

RAPOPORT, Mario. *Historia Económica, política e social de la Argentina*. Buenos Aires, Machhi, 2000.

REZENDE, Cyro de Barros F. *História Econômica Geral*. São Paulo, Contexto, 2005.

ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *Alicerçando o Subdesenvolvimento: História e Política Econômica na Argentina, 1943 – 1983*. Revista de Economia Política e História Econômica, número 12, junho de 2008, p. 119 – 151.